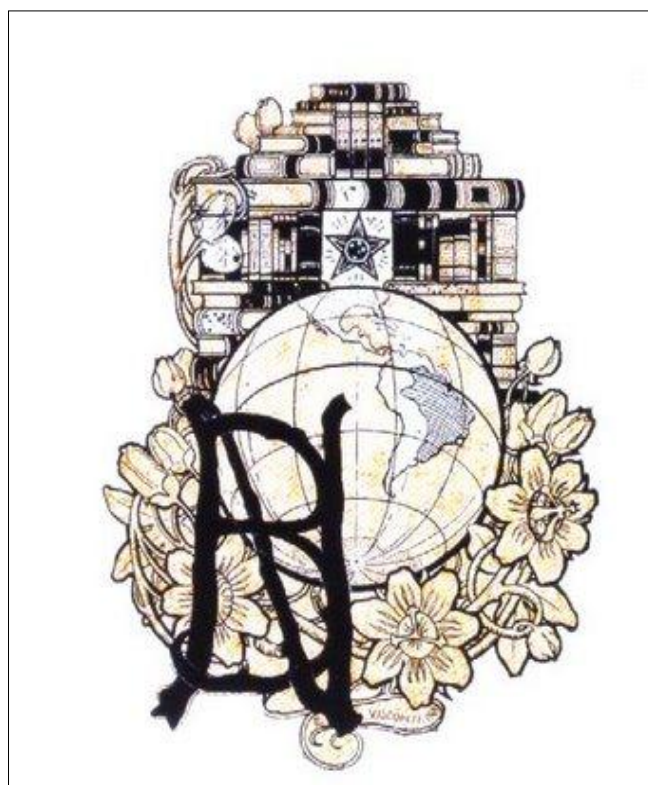


Fundação Biblioteca Nacional

Ministério da Cultura



Programa Nacional de Apoio à Pesquisa

2012

Programa Nacional de Apoio à Pesquisa

Fundação Biblioteca Nacional - MinC



Jorge Alexandre dos Santos Gaspar

*O Desenho Geométrico como disciplina escolar no Rio de Janeiro:
uma história de 1890 a 1964.*

1. INTRODUÇÃO

Trata-se de uma pesquisa em história das disciplinas escolares (CHERVEL, 1990; JULIA, 2001), que volta seu olhar ao ensino de Desenho, em especial, do Desenho Geométrico, na cidade do Rio de Janeiro no período entre a Proclamação da República e o início do governo militar de 1964. Toma como principais fontes algumas obras didáticas (CHOPPIN, 2004) existentes no acervo da Biblioteca Nacional (BN) e que possivelmente circularam no período. Busca-se levantar a formação e influências recebidas pelos autores, analisa-se legislações em função do panorama educacional apresentado à época, e as propostas curriculares de estabelecimentos, tais como o Colégio Militar do Rio de Janeiro (CMRJ) e o Colégio Pedro II (CP II). Objetiva-se localizar marcos históricos que revelem alterações sofridas na cultura escolar e, particularmente, na história do ensino de Desenho no Rio de Janeiro no intervalo temporal em estudo.

2. O ENSINO DE DESENHO ANTES DE 1889.

Para que melhor localizar a importância atribuída ao ensino de Desenho no Brasil, sentiu-se necessidade de comentar o que ocorreu antes do período em estudo.

Em 2 de dezembro de 1837, a coroa imperial criou o Collegio de Pedro II (CP II), a partir da conversão do Seminário de São Joaquim em colégio secundário. O colégio visava uma formação integral do aluno e serviria de modelo às demais instituições de ensino secundário do país, a partir de um ensino gradual e regular (dividido em séries e em contraposição às aulas preparatórias para o ingresso no ensino superior). O regulamento de seu funcionamento foi publicado em janeiro (BRASIL, 1838) e, neste documento, o Desenho era disciplina obrigatória desde a oitava aula até a sexta¹.

Em 1841 o curso passou a ter sete anos (BRASIL, 1841)² e, como constava na tabela de aulas semanais anexa, o ensino de Desenho foi dividido ao longo de todas estas séries: o Desenho Linear somente no primeiro ano, o Desenho Caligráfico figurava no primeiro e segundo anos e, a partir do segundo, trabalhava-se também o Desenho Figurado.

Em 1855 ocorreu uma nova estruturação destes sete anos de escolaridade: os quatro primeiros passaram a constituir o primeiro ciclo e os três últimos, o segundo ciclo. O artigo 3º desta nova regulamentação determinava que “O estudo de desenho, musica, dança e o de Italiano, não [seriam] essenciaes para se obter qualquer dos títulos” (BRASIL, 1855)

¹ À época, as séries eram contadas na ordem decrescente, tal qual no sistema francês de ensino. “Art. 49 O Collegio he dividido, quanto ao estudo, em oito Aulas, a 8ª, a 7ª, a 6ª, a 5ª, a 4ª, a 3ª, a 2ª, e a 1ª” (BRASIL, 1838).

² “Art. 1º O curso completo de estudos no Collegio de Pedro Segundo será, d’ora em diante, de sete annos” (BRASIL, 1841, Art. 1º). Outra observação sobre este Regulamento nº 62, de 1º de fevereiro de 1841, é que agora estas séries passavam a ser numeradas em ordem crescente, da primeira à sétima.

quer de primeiro ou de segundo ciclo. Ainda via-se este desprestígio em relação ao ensino de Desenho em outro artigo deste Decreto³.

Em 1878 passou a existir a orientação de que o ensino de Desenho fosse realizado duas vezes por semana, agrupando os alunos em duas turmas: a primeira formada pelos alunos do 1º, 2º e 3º ano e a segunda composta pelos alunos do 4º, 5º, 6º e 7º ano (BRASIL, 1878). Com este decreto deu-se um aumento de carga horária para tal disciplina e, de acordo com os programas de ensino ali definidos, os conteúdos referentes ao trabalho com o Desenho passaram a ser divididos em Linear, onde eram estudadas as construções de figuras geométricas, e Desenho Figurado, onde eram feitas cópias de qualquer elemento.

No ano de 1879, o Decreto 7274, mais conhecida como Reforma Leôncio de Carvalho, fez uma nova reforma no ensino primário e secundário no município da corte e no superior em todo o império. Assim, o Desenho passou a ser uma disciplina que compunha o currículo, tanto de primeiro quanto de segundo grau⁴, bem como na Escola Normal⁵.

A Escola Normal teve alterado o seu regulamento em 1888 pelo decreto 10060. Neste, o Desenho fazia parte do exame admissional da escola e aparecia como disciplina curricular nos três anos do curso⁶.

No acervo da Biblioteca Nacional (BN) encontramos os programas das aulas de trabalhos gráficos do primeiro ano do curso geral da Escola Polythecnica, do ano de 1878, e para admissão à Escola Normal, do ano de 1880. No primeiro documento estavam descritos os pontos a serem estudados no curso. Desta fonte ainda considera-se importante a exposição da utilidade do Desenho Geométrico, a descrição dos instrumentos utilizados e os exercícios gráficos. No programa da Escola Normal constavam os pontos cobrados na prova de admissão, tanto de Caligrafia quanto de Desenho (Geométrico, do Natural e Industrial).

No acervo da BN, em relação ao Desenho Geométrico, encontramos uma primeira obra datando de 1829⁷. Há outras obras do Brasil Império que também lá podem ser encontradas, embora tenha-se voltado o olhar sobre as obras a partir de 1871, visto que poderiam ter chegado até o período inicial de nossa pesquisa. Outras obras publicadas no período anterior a 1890 e que também poderiam ter chegado até o período em estudo são

³ “Art. 7º O ensino da dança, e os exercicios gymnasticos terão lugar durante as horas da recreação. O da musica e o do desenho serão dados nas quintas-feiras, quando forem feriados” (BRASIL, 1855, Art. 7º). O Decreto 2006, de 24 de outubro de 1857, manteve a mesma condição ao Desenho, porém apresentava a possibilidade de que o mesmo fosse trabalhado às quintas-feiras e nos horários de recreio.

⁴ Sob o nome de Elementos de Desenho Linear (BRASIL, 1879).

⁵ Com o nome de Caligrafia e Desenho Linear (BRASIL, 1879).

⁶ Pelo Decreto nº 10.060, de 13 de Outubro de 1888, que regulamentava o curso da Escola Normal da Côrte, o Desenho tinha a maior carga horária entre todas as disciplinas em todas as séries, superando inclusive a de Português e de Matemáticas (BRASIL, 1888, Art. 110).

⁷ “Principios do desenho linear, compreendendo os de geometria pratica, pelo methodo de ensino mutuo; extrahidos do L. B. Francoeur”, de Antônio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, o Visconde de Albuquerque

os livros de Lessa (1871), Bettencourt (1877), Dias (1880), Gama (1880), Motta (1884) e Monciny (1888).

Com relação aos estudos sobre história das disciplinas escolares, Chervel conclui:

Se é verdade que a sociedade impõe à escola suas finalidades, estando a cargo dessa última buscar naquela apoio para criar suas próprias disciplinas, há toda razão em se pensar que é ao redor dessas finalidades que se elaboram as políticas educacionais, os programas e os planos de estudo, e que se realizam a construção e a transformação históricas da escola (CHERVEL, 1990, p. 219).

Ao se analisar os programas de ensino do CP II, dos concursos de admissão à Escola Normal e à Escola Polytechnica e, confrontando-os com os livros do período que foram vistos, percebe-se que os conteúdos presentes no programa de 1870 do CP II já se encontravam nos livros publicados antes desta data.

3. AS LEGISLAÇÕES EDUCACIONAIS.

3.1. REPÚBLICA VELHA (1889 A 1930)

O primeiro presidente da república foi o Marechal Deodoro da Fonseca (1889 – 1891). Desde este início do regime republicano até 1930, além de Deodoro, o país teve doze presidentes. Neste ínterim, aconteceram turbulências internas e externas que afetaram a política brasileira⁸.

Na primeira Constituição da República merece destaque a colocação de que “[...] o ensino será leigo e livre em todos os graus e gratuito no primário” (BRASIL, 1890a, Art. 62, item 5º).

Outro ponto de interesse para o tema está no regulamento da instrução primária e secundária no Distrito Federal, que dividia a escolarização em ensino primário de primeiro grau, ensino primário de segundo grau e em ensino secundário (BRASIL, 1890b, Art. 1º e 2º), subdividindo o ensino primário de primeiro grau em três cursos e o de segundo grau, em três classes (BRASIL, 1890b, Art. 3º e 4º). Em relação ao ensino de Desenho, vê-se neste documento que estava presente durante todo o ensino primário, quer fosse de primeiro ou segundo grau, bem como durante o curso da Escola Normal, criada no Distrito Federal pelo mesmo decreto. Os exames aplicados em Desenho deveriam ser práticos. Os professores

⁸ O período da República Velha foi bem agitado, onde aconteceram revoltas populares importantes tais como a Revolta da Armada (1893 a 1894), Revolta Federalista (1893 a 1895) e Guerra de Canudos (1893 a 1897). Em outras décadas deste momento histórico, aconteceram outras insurreições populares importantes tais como a Revolta da Vacina, levante popular contra a vacinação obrigatória imposta pelo governo, em 1904, a Revolta da Chibata (1910), Guerra do Contestado (1912 a 1916), Sedição de Juazeiro (1914) e as Greves operárias (1917), a Revolta dos Dezoito do Forte (1922), a Revolução Libertadora (1923), a Revolta Paulista (1924) e a Coluna Prestes, movimento que aconteceu entre 1925 e 1927. No campo internacional, podemos destacar como principal acontecimento a Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918), no campo cultural, a Semana de Arte Moderna de 1922 e no campo político, a criação do Partido Comunista Brasileiro, também em 1922.

deveriam ser formados pela Escola Normal para assumirem as turmas, mas enquanto não existissem professores suficientes, escolas poderiam dividir um mesmo professor.

No regulamento sobre o *Gymnásio Nacional* e o ensino secundário dos Estados, de 1898, constava que “O ensino [...] sera feito em dous cursos simultaneos, um de 6 annos denominado curso propedeutico ou realista e outro de 7 annos denominado curso classico ou humanista” (BRASIL, 1898, art. 3º). Pela primeira vez, o Desenho foi tratado como cadeira e, com isso, teve definida sua carga horária: em ambos os cursos existiam duas horas nos primeiros três anos e uma hora em cada um dos últimos anos.

Antes de 1898, nos programas de ensino do CP II⁹ aos quais se teve acesso, Desenho estava dividido em Desenho Linear (Desenho linear geométrico no 1º ano e Desenho linear à vista no 2º ano) e Desenho Imitativo (formas simples no 3º ano, paisagens, flores e frutos no 4º ano e cabeças humanas e de animais do 5º ano)¹⁰.

Em janeiro de 1901 foi aprovado um regulamento específico para o *Gymnasio Nacional*, que melhor estruturou as referências ao ensino de Desenho e que a tornou uma das disciplinas obrigatórias, com carga horária definida da primeira a quarta série¹¹.

O desenho, no plano geral de estudos, figurará como perfeita linguagem descriptiva. O curso, começando por simples combinações lineares, deverá passar gradativamente á cópia expressiva, a mão livre, de desenhos feitos na pedra pelo professor, á execução do desenho dictado, de desenhos de memoria e de invenção, ao desenho de modelos naturaes ou em relevo.

Tendo por fim o ensino do desenho adextrar o alumno no lance de vista rapido e seguro, desenvolver nelle o sentimento das fórmas e das proporções, servir-lhe-ha de base a morphologia geometrica. As fórmas convencionaes, attenta a sua regularidade, hão de proceder ás naturaes, que são irregulares. As fórmas naturaes, que se tiverem de desenhar, hão de ser primeiramente reduzidas ás geometricas em que se basearem. A percepção ha de preceder á execução, sendo inconveniente que o alumno comece a desenhar qualquer objecto ou modelo antes de o ter estudado em sua totalidade e nas suas partes, comparando-as entre si.

O ensino da perspectiva entrará a seu tempo, de modo elementar, intuitivo e gradual.

O curso finalizará pela pratica, do desenho projectivo, precedida da resolução graphica dos mais simples problemas da geometria descriptiva.

Assim, o primeiro anno comprehenderá: desenho a mão livre, com applicação especial ao ornato geometrico plano; o segundo: estudo dos solidos geometricos, acompanhado dos principios praticos da execução das sombras, e ornatos em relevo; o terceiro: desenho linear geometrico, elementos de perspectiva pratica á vista; o quarto: elementos de desenho geometrico ou representação real dos corpos. (BRASIL, 1901, Art. 9º, § XII)

Ainda de acordo com esta legislação, os exames de Desenho seriam práticos, realizados através de construções gráficas. A disciplina fazia parte do exame de madureza. Existia, de acordo com o decreto, a obrigatoriedade de um professor para o internato e para o externato, que poderia ser o mesmo. Este professor faria parte da comissão do exame de madureza. Neste mesmo decreto, é descrito como deveria ser o exame para professor de

⁹ Foram analisados os programas do CP II de 1892, 1893, 1895 e 1898.

¹⁰ As partes relacionadas ao ensino de Desenho nos programas de 1892, 1893 e 1895 eram iguais.

¹¹ A carga horária definida era de três horas do primeiro ao terceiro ano, de duas horas no quarto ano (BRASIL, 1901, Artigo 4º).

Desenho da instituição. Estas iniciativas faziam com que a disciplina fosse considerada importante para o desenvolvimento do aluno.

No acervo da BN encontramos exemplares do “Programma para o exame de desenho geometrico e elementar necessario a matricula ou exame para o acesso a Escola Polytechnica no período de 1889 a 1991” e “Desenho geometria e elementar necessário à matrícula ou exame do 1º anno do Curso geral, programma para o exame da Escola Polytecnicna, 1892 a 1894”: estes programas eram exatamente iguais, e dividiam-se em Desenho Linear a mão livre e Desenho Linear empregando instrumentos.

Em 1907 foi aprovado o regimento do Colégio Militar que dividiu o curso em dois: o curso de adaptação, com três séries, e o curso secundário, destinado a quem concluísse com êxito o anterior, com seis anos de duração.

No primeiro curso, cada uma das duas primeiras séries compunha-se de duas classes e a terceira série de uma única classe. Estipulava-se que todas as aulas tivessem um máximo de 50 minutos e, que o ensino de todas as matérias fosse “feito pelo methodo intuitivo, servindo o livro de simples auxiliar” (BRASIL, 1907, Art. 37, § 1º). Para a matéria Desenho, estavam reservadas duas aulas por semana em cada uma dessas três séries.

Neste curso de adaptação, o Desenho Linear no primeiro ano deveria tratar da morfologia geométrica (1ª classe) e suas construções (2ª classe); no segundo, a aplicação a ornamentos planos e imitação do natural (1ª classe) e trabalho com claro e escuro e desenho imitativo (2ª classe). Para o terceiro ano, o trabalho envolveria o Desenho Linear geométrico, com suas construções de figuras planas e o uso das cores.

Com relação ao curso secundário, a disciplina Desenho Linear estava presente em todas as séries. Os conteúdos trabalhados variavam das formas (relevo geométrico de figuras animadas e inanimadas com uso de cores para indicação de alto e baixo relevo) ao desenho baseado na Geometria Descritiva (projeções, perspectiva e sombra), às artes liberais (arte decorativa), às cópias de desenho por processos variados, ao Desenho topográfico (construção, orientação e reprodução de cartas topográficas) que era visto nas três últimas séries do curso. Estas aulas seriam ministradas em sala específica (BRASIL, 1907, Art. 47, § 4º), por professores responsáveis pelos cursos (um professor para cada curso) e as atividades e avaliações, que seriam sempre gráficas e práticas, só poderiam ser aceitas se realizadas em folha devidamente autorizada.

Avançando no tempo, tem-se a Reforma Rivadavia Correa (BRASIL, 1911)¹², que preocupava-se com o ensino superior e fundamental, mas que, com relação a este último, só se referia ao ensino no CP II. No artigo 40 constava que os programas deveriam ser discutidos e aprovados no período letivo anterior pela Congregação dos estabelecimentos.

¹² Criou o Conselho Superior de Ensino. Não citava nome de disciplinas e, portanto, não apareceu o termo Desenho.

A Reforma Carlos Maximiliano (BRASIL, 1915), destinada ao ensino superior e ao secundário, também se preocupava com as mesmas instituições, mas referia-se também aos ginásios estaduais. Haveria aula de Desenho nos quatro primeiros anos (BRASIL, 1915, Art. 167º, parágrafo único) dos cursos ginásiais, embora no artigo 165 constasse que “a nota obtida em exame [visa-se] apenas estimular os estudantes”, uma vez que para a aprovação, bastasse uma declaração de frequência¹³.

Durante esta década, foram expedidos dois programas no CP II: em 1912 e em 1915.

O programa de 1912 trazia o Desenho como disciplina escolar nas quatro primeiras séries do curso secundário. A carga horária era de três horas nas duas primeiras séries, duas na terceira série e quatro na quarta série. O conteúdo da primeira série estava dividido em morfologia geométrica e desenho decorativo, em especial o traçado de ornatos, mosaicos, diagramas, malhas e redes, traçado claro e escuro. Na segunda série, os ornatos geométricos planos voltavam a ser estudados, junto com o estudo das linhas curvas, o estudo das figuras espaciais, sombras, ornamentos com formatos vegetais e frutos. A terceira série trabalhava com o Desenho Geométrico Linear. Neste conteúdo, os ornamentos estudados nas séries anteriores foram reforçados com o uso de instrumentos de desenho. Também eram resolvidos graficamente os principais problemas de Desenho Linear Geométrico, incluindo o uso de escalas. O trabalho com perspectiva também era realizado nesta série, e, na quarta, continuava-se o estudo do Desenho Linear Geométrico.

O programa de 1915, desenvolvido pelo professor Benedicto Raymundo, era dividido em lições e em duas partes: Desenho a mão livre, nas duas primeiras séries e Desenho com instrumentos de precisão, na terceira e quarta séries. A carga horária de todas as séries era de três horas semanais. Nas primeiras séries, as aulas de Desenho eram feitas a mão livre, ou seja, sem o uso de instrumentos. Na primeira série, estudavam-se as linhas e suas posições, os preceitos básicos e combinações de linhas para construção de redes, malhas, mosaicos, ornamentos simples e com linhas curvas e ornamentação de painéis decorativos. Na segunda série, continuam-se os estudos de ornamentação geométrica, e estudavam-se a ornamentação vegetal, sombras, simetrias e os sólidos geométricos por cópia. A partir da terceira série, o Desenho passava a ser realizado com os instrumentos, iniciando o ano por expor a necessidade de trabalho com o Desenho Geométrico e resolução de problemas de Desenho envolvendo as retas (perpendiculares e paralelas) e a combinação com as curvas, ângulos, construções de polígonos inscritos e circunscritos, uso de escalas, cônicas, ovais e espirais, além da base de desenho projetivo. O quarto ano seria dedicado ao Desenho projetivo, com a resolução de problemas de geometria plana e espacial.

¹³ Ao tratar sobre o ensino na Escola Polytechnica, vê-se a valorização do Desenho.

Continuando a análise da legislação, destaca-se a Reforma João Luiz Alves¹⁴ (BRASIL, 1925), que estabeleceu ações a serem tomadas pela União para a difusão do ensino primário, organizou o Departamento Nacional do Ensino e reformou o ensino secundário e superior. Este decreto determinou a presença do Desenho no exame de admissão ao secundário, assim como a obrigatoriedade desta disciplina nos seus cinco primeiros anos, com realização de provas de promoção e final. Também registrava a presença de Desenho no vestibular para a Escola Politécnica. Além disso, foram realizadas diversas reformas educacionais nos estados, em especial a de Anísio Teixeira (Bahia, em 1925), que introduziu o Desenho nas escolas primárias e colocou tal conhecimento em destaque.

Durante a década de 1920, foram editados dois programas para o CP II: o primeiro em 1926 e outro em 1929. No programa de 1926, o ensino de Desenho era dividido nas quatro primeiras séries do curso. Os conteúdos eram exatamente os mesmos do programa de 1915, sendo assim, podemos dizer que as mudanças da legislação de 1925 não foram refletidas neste programa.

O programa de 1929 estava bem mais estruturado que os outros já estudados, com objetivos, metodologia e material indicado para as aulas. No primeiro ano, cujo tema é o Desenho Linear a mão livre, o objetivo era a iniciação ao desenho a partir do desenvolvimento do senso de grandeza e proporcionalidade, a educação da vista na avaliação das grandezas e o traçado firme, bem como o conhecimento prático de morfologia geométrica, com a interpretação da ornamentação linear. O segundo ano baseado no Desenho imitativo, de contorno e a claro-escuro, tinha por objetivo melhorar o senso de observação, comparativo e analítico com a representação de objetos a simples vista, apresentando a impressão mais exata de um conjunto, bem como o conhecimento prático das propriedades e características dos principais sólidos geométricos. Quanto ao terceiro ano, estava reservado ao Desenho Geométrico Linear e apresentava por objetivo o conhecimento desenvolvido da morfologia geométrica e a solução gráfica de questões elementares. O programa para o quarto ano estava dividido em Desenho Geométrico Linear, Desenho Projetivo e Desenho de Perspectiva e de Sombras cujo objetivo era a prática da representação projetiva dos principais sólidos geométricos e o conhecimento básico das regras de perspectiva linear e a teoria das sombras aplicadas aos principais corpos geométricos e objetos de uso comum.

3.2. ERA VARGAS (1930 a 1945).

¹⁴ O Decreto 16782 A também é conhecido por Reforma Rocha Vaz, devido à significativa participação de Juvenil da Rocha Vaz (diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro) em sua elaboração (Dicionário Histórico-Geográfico das Ciências da Saúde no Brasil, Fundação Oswaldo Cruz, verbete "Escola anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro". Disponível em <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>).

Na década de 30, muitos fatos históricos importantes ocorreram. Sucedendo Washington Luís foi eleito presidente da República o gaúcho Júlio Prestes, que não assumiu o poder, pois foi deposto por um golpe militar, liderado por junta militar composta pelo General Tasso Fragoso, o General João de Deus Mena Barreto e o Almirante Isaías de Noronha. Esta junta entregou a presidência provisória a Getúlio Vargas, que governou sem constituição até 1934. Após a promulgação da Constituição de 1934, Getúlio governou sob o regime constitucionalista entre 1934 e 1937, quando fechou o congresso e instaurou o Estado Novo. Vargas só saiu do poder após um golpe de estado, em 1945, que o exilou na cidade de São Borja, no Rio Grande do Sul. No mundo, o fato mais importante do período foi a eclosão da Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945), em que o Brasil só iniciou sua participação em 1942, após torpedearem navios brasileiros em nossa costa marítima.

No ano de 1931 foram publicados vários decretos, que reunidos constituem a chamada Reforma Francisco Campos, para reorganizar o ensino no país. Neste período foram criados, por decreto, o Conselho Nacional de Educação (Decreto 19850, de 1931) e o estatuto das universidades (Decreto 19851, de 1931). Foram organizados também por decreto a Universidade do Rio de Janeiro (Decreto 19852, de 1931), o ensino secundário (Decreto 19890, de 1931) e o ensino comercial (Decreto 20158, de 1931). Além destes decretos, foram publicadas portarias ministeriais que davam providências ao ensino de Desenho durante o período: a de 31 de julho de 1931 (que expediu os programas de ensino do curso fundamental do ensino secundário) e a de 19 de março de 1936 (que expediu os programas do curso complementar).

Os Decretos 19850 e 19851, ambos de 1931, em nada citam o ensino de Desenho. Já o Decreto 19852, que dispunha sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro, possuía 11 artigos sobre o ensino de desenho nos cursos desta instituição. Indicava a necessidade de professores de Desenho para a Escola Politécnica e de Minas e a obrigatoriedade do ensino de Desenho a mão livre e Desenho Técnico nos cursos de engenharia civil, elétrica, industrial e geologia¹⁵. O Desenho geométrico, enquanto houver exame vestibular, seria matéria obrigatória, tanto para os cursos já citados quanto para o curso de Arquitetura e o de Pintura e Escultura. O curso de Arquitetura teria o ensino de Desenho em seus dois primeiros anos.

O Decreto 19890, que organizava o ensino secundário, tinha uma série de artigos que se referiam ao ensino de Desenho. Determinava que o ensino secundário fosse ministrado pelo CP II ou por estabelecimentos sob regime de inspeção oficial, e o dividia em fundamental e complementar, com a presença do Desenho como disciplina obrigatória nos cursos fundamental e no complementar para os cursos de engenharia e arquitetura.

¹⁵ De acordo com a legislação, as aulas de Desenho a mão livre deveriam ocorrer no 1º ano do curso e as aulas de Desenho Técnico no 2º ano do mesmo.

O Decreto 20158, que organizou o ensino comercial, também trouxe referências ao ensino de Desenho. O curso comercial foi dividido em curso propedêutico e curso técnico, sendo a disciplina Desenho parte da formação técnica. No terceiro ano do curso propedêutico a disciplina Matemática foi dedicada à Geometria e neste momento o Desenho Geométrico foi trabalhado. O ensino de Desenho também fazia parte do curso técnico de Administrador-vendedor, que voltava-se ao comércio e indústria.

A Portaria Ministerial s/nº, de 31 de julho de 1931, expediu os programas do curso fundamental do ensino secundário de todas as disciplinas. Assim, nas instruções referentes à disciplina de Geografia, existe menção ao ensino de Desenho. Nas instruções referentes à disciplina Desenho, vemos que ele estava vinculado a outras disciplinas do currículo em caráter auxiliador de aquisição de conhecimento, na forma de esquemas e desenhos e na forma de construções geométricas e no que se refere a resoluções gráficas de problemas está intimamente ligada à Matemática.

No desenvolvimento do curso durante o ano letivo, era importante que o trabalho com as partes em que o programa estava dividido fossem realizadas simultaneamente, e não como temas separados. Segundo as orientações, os traçados preparatórios, quer fossem a mão livre ou com instrumentos, seriam feitos de acordo com a necessidade. O programa desencoraja o professor a exigir de cada aluno o conhecimento de todos os pontos, dando ênfase ao compartilhamento dos resultados e também aconselhava que as aulas fossem repletas de exemplificação dos trabalhos, incluindo excursões a museus, exposições e oficinas entre outras atividades.

A última legislação referente ao período é a Portaria Ministerial s/nº, de 19 de março de 1936, que referia-se aos cursos complementares necessários aos alunos que quisessem tentar vestibular para algumas carreiras. Assim, o curso complementar foi dividido em cursos para as áreas de Direito; Médico, Farmacêutico e Odontológico e Engenharia, Química industrial e Arquitetura. Destes, o Desenho fazia parte dos cursos complementares para Medicina, Farmacêutica e Odontologia¹⁶ e de Engenharia, Química industrial e Arquitetura¹⁷.

Em relação aos programas de ensino que foram publicados pelo CP II, encontrou-se para este período apenas o de 1931. Desenho foi encontrado como disciplina nas cinco séries do secundário e era dividida em Desenho do natural (conteúdo de todas as séries¹⁸), Desenho decorativo (conteúdo da 1ª e 3ª séries), Desenho convencional (conteúdo da 2ª, 3ª e 4ª séries). Observa-se que o Desenho geométrico não estava presente, de forma direta,

¹⁶ O Desenho aparece na 2ª série, com carga horária de 5 horas com os conteúdos de Desenho a mão livre, Desenho linear geométrico (traçados básicos de Desenho geométrico) e Desenho projetivo.

¹⁷ Com carga horária de 6 horas na 2ª série, o Desenho tinha por conteúdo o Desenho de ornatos, Desenho Geométrico linear e Desenho projetivo.

¹⁸ Na 5ª série estudava-se Desenho projetivo e do natural.

neste programa do CP II. Os conteúdos tradicionalmente trabalhados em Desenho geométrico encontravam-se diluídos nas outras partes em que o programa fora dividido, tais como a resolução geométrica dos problemas de Desenho do natural pela determinação da imagem perspectiva, a construção de diagramas, faixas, meandros, gregas e redes de malhas para traçados ornamentais, além da construção de polígonos estrelados em Desenho decorativo ou ainda a perspectiva paralela e suas aplicações, para a construção de épuras das principais sólidos geométricos, em exercícios de Desenho construtivo.

Na década de 40, uma série de legislações, chamadas de Reforma Capanema, regularam o ensino no país. Além desta reforma, uma série de portarias descrevia como o ensino de Desenho deveria ser realizado, com a respectiva divisão dos conteúdos.

A primeira legislação da Reforma Capanema foi o Decreto-lei 4244 (BRASIL, 1942). Nesta legislação, chamada de Lei orgânica do ensino secundário, foram expressas as finalidades do secundário, a forma de ensino, dividida em dois ciclos (ginasial e o clássico ou científico) e a nomenclatura das escolas, de acordo com a oferta dos cursos (Ginásio, se oferecesse somente o curso ginasial e Colégio, se oferecesse os dois cursos).

Quanto ao ensino de Desenho, este foi incluído como uma das matérias obrigatórias do curso ginasial, sendo a oferta da disciplina feita nas quatro séries. Já no segundo ciclo, o Desenho foi incluída como disciplina obrigatória somente nos dois últimos anos no curso científico. De acordo com a legislação, os programas seriam determinados pelo Ministério da Educação, o que só aconteceu em 1945 (ginasial) e 1946 (científico).

Ainda de acordo com a legislação, foram indicadas como forma de avaliação para o Desenho exercícios e provas práticas realizadas em sala de aula. Ainda referente aos exames, esta disciplina fazia parte dos exames de licença tanto no ginasial quanto no colegial científico e sua aprovação era necessária para a obtenção do grau.

Em 1945, no dia 14 de Novembro, foi editada a Portaria nº 555 onde foram publicados os programas de Desenho e as respectivas instruções metodológicas para sua execução no curso ginasial do ensino secundário que deveriam ser utilizados a partir de 1946. Neste documento, o programa da disciplina Desenho está descrita para as quatro séries, sendo que na primeira e segunda séries seriam divididas em Desenho do natural, Desenho geométrico e Desenho decorativo, a terceira série estaria dividida em Desenho do natural, Desenho geométrico e projetivo e Desenho decorativo e a quarta série sendo dividida em Desenho do natural, noções sobre Perspectiva linear e traçado elementar das sombras e Desenho decorativo. A composição da disciplina estava formulada em três partes distintas para cada série apenas para demarcar os tópicos a cumprir, os objetivos e os processos que deveriam ser utilizados. Era recomendado que as partes do programa devessem ter uma ligação entre si.

Em relação às instruções metodológicas, o texto indica que o Desenho, no ginásial, deveria ter “[...] linguagem gráfica e assim ser uma disciplina de expressão e que, através do seu exercício, ordenado ou desordenado, levaria a repercussões psicológicas que prepara o educando para o colegial” (BRASIL, 1945, Portaria nº 555, p.17766).

O CP II, a partir de 1942, recomeçava a publicar os programas para o ginásial e colegial. Para o ensino de Desenho, publicou o programa do ginásial de Desenho, que é cópia da Portaria 555. O programa desta disciplina para o ensino colegial científico só seria publicado em 1946.

3.3. A REPÚBLICA NOVA OU REPÚBLICA POPULISTA (1946 A 1964).

Este período iniciou-se com a deposição de Getúlio Vargas pelos militares em outubro de 1945 e terminou em abril 1964, com o movimento civil-militar que levou os militares novamente ao governo. Após Getúlio Vargas ter sido deposto, o General Eurico Gaspar Dutra foi eleito por voto direto, tendo permanecido na presidência até 1951. Promulgou uma nova Constituição (1946); rompeu relações com a União Soviética, declarou a ilegalidade do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e perseguiu todos que estavam contra o governo.

Após o governo do General Eurico Gaspar Dutra, nas eleições seguintes, em 1951, Getúlio Vargas foi eleito Presidente da República, onde permaneceu até seu suicídio, em 1954, quando assumiu o seu vice, Café Filho. Este concluiu o mandato de Getúlio até 1955, quando Juscelino Kubitschek foi eleito, tomando posse em 1956 e permanecendo até 1961, quando Jânio Quadros assumiu o poder. Após renúncia de Jânio, ainda em 1961, assumiu o poder João Goulart, que foi deposto pelo movimento cívico-militar de 1964, que levou à presidência o Marechal Alencar Castello Branco.

Este período foi marcado por confusões políticas e por um surto de desenvolvimento econômico, com a construção de Brasília. No mundo, com o fim da Segunda Guerra Mundial, começara o período conhecido por Guerra Fria, que duraria até 1991, com a extinção da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Dando continuidade à Reforma Capanema, foram editados o Decreto-lei 8529 (BRASIL, 1946a) e a Portaria 10 (BRASIL, 1946b), a Portaria 57 (BRASIL, 1946c) e a Portaria 58 (BRASIL, 1946d) que organizavam o ensino de Desenho.

Na Lei Orgânica do Ensino Primário (BRASIL, 1946a) estavam descritas as finalidades do ensino primário, as diferenças entre o ensino primário fundamental e o ensino primário supletivo, dividia o curso primário em elementar e complementar e articulava o ensino primário aos cursos seguintes. Em relação ao ensino de Desenho, este tornara-se uma das disciplinas dos cursos primário, complementar e do supletivo. Os programas de

ensino seriam estipulados por órgãos técnicos do Ministério da Educação e Saúde, com a cooperação dos Estados.

A Portaria 10 expediu os programas de Desenho e as respectivas instruções metodológicas que determinavam sua execução no curso colegial científico do ensino secundário. Por esta portaria o ensino de Desenho ficou distribuído nas três séries do curso. Nas duas primeiras séries, o conteúdo ficou dividido em Desenho do natural, Desenho geométrico e projetivo, Desenho decorativo e Desenho convencional e na terceira série era dividido em Desenho do natural, Desenho projetivo e Desenho técnico. O Desenho do natural tinha por objetivos aplicar a perspectiva de observação em várias situações; o Desenho geométrico e projetivo objetivava o trabalho com concordâncias e as principais curvas do segundo grau, com o sistema projetivo ortogonal; o Desenho decorativo tinha por objetivo as composições decorativas, o desenho de letras; o Desenho convencional objetivava a reprodução de desenhos e representação sobre eixos do Sistema Cartesiano e construção de gráficos estatísticos, e, por fim, o Desenho técnico objetivava realizar representações esquemáticas e construir gráficos diversos.

A Portaria 57 (BRASIL, 1946c) definia o ensino de Desenho no curso comercial básico. Afirmava que o primeiro ano seria dividido em três partes: Desenho geométrico, Desenho convencional e Noções sobre as cores. O curso era estruturado para fornecer ao aluno os elementos essenciais do Desenho para que pudesse ser utilizado no futuro, qualquer que fosse o curso técnico comercial escolhido. As atividades práticas deveriam ser todas baseadas em teorias desenvolvidas pelo professor.

O ensino de Desenho geométrico partia do ensino da morfologia geométrica, das construções geométricas (feitas à mão livre e à régua e compasso), que se destinavam a desenvolver a habilidade manual, a percepção e a acuidade visual. O Desenho convencional era trabalhado com apresentação de gráficos para, a seguir, chegar-se à épura e à representação de sólidos geométricos e objetos industriais, complementando a o estudo destes com a representação de croquis cotados a mão livre e a representação em perspectiva cavaleira. As aulas referentes às noções de cores tinham função meramente informativa.

A Portaria 58 (BRASIL, 1946d) determinava que o Desenho fosse disciplina na primeira e na segunda série nos cursos técnicos de Estatística e de Comércio e propaganda. Analisando-a veem-se as instruções metodológicas e, no que diz respeito aos objetivos, que o Desenho, além de seguir os mesmos objetivos do curso Comercial básico, deveria “auxiliar as outras disciplinas do curso” (BRASIL, 1946, p. 2188). Ainda de acordo com as instruções metodológicas, o ano deveria se iniciar com uma breve revisão da matéria lecionada na primeira série do curso básico. Desde o início, deveria exigir-se dos alunos traçado rigoroso, bem como o acabamento à nanquim e à tinta para desenho.

O CP II deu continuidade à publicação dos programas para o ginásial e colegial da instituição iniciada em 1942. Para o ensino de Desenho, o CP II publicou o programa do curso colegial científico, que foi literalmente cópia da Portaria 10.

Na década de 50, foram editadas duas portarias importantes para o ensino de Desenho: a Portaria 966 (BRASIL, 1951) e a Portaria 1045 (BRASIL, 1951), ambas de responsabilidade da Congregação do CP II.

Pela Portaria 966, foram elaborados programas para algumas disciplinas do secundário (Desenho não estava entre elas) e as cargas horárias para os cursos ginásial, clássico e científico. No ginásial, o Desenho estava presente nas quatro séries com carga horária de três horas semanais, no clássico, somente na primeira série com duas horas, e no científico, a disciplina aparecia nas três séries com carga horária de duas horas nas duas primeiras séries e com três horas na terceira série.

Pela Portaria 1045 foram publicados os programas de disciplinas do secundário, entre elas o Desenho, e as respectivas instruções metodológicas. Também em relação à disciplina Desenho, esta portaria trazia os programas do ginásial e do científico. No ginásial, o conteúdo abordado era dividido em Desenho Geométrico, Desenho decorativo e Desenho do natural. Estas divisões foram feitas em todas as séries. Já no científico, o conteúdo foi dividido em Desenho geométrico e projetivo, Desenho decorativo (que daria parte do programa somente no primeiro e segundo anos) e Desenho do natural. As instruções metodológicas encaminhadas pela portaria estavam divididas também pelos mesmos conteúdos. Os programas de ensino encontrados no CP II seguiam as legislações de maneira simplificada, resumindo os conteúdos de forma a tratá-los mais genericamente.

Na década de 60, foram editadas a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1961), as portarias que falavam sobre as Diretrizes dos cursos de ensino industrial (BRASIL, 1960) e o regulamento dos Ginásios industriais (BRASIL, 1961), a indicação do Conselho Federal de Educação sobre as normas do ensino médio (BRASIL, 1962), onde todas traziam alguma referência ao ensino de Desenho.

Começando pelas Diretrizes dos cursos de ensino industrial, a Portaria sem número, de 16 de setembro de 1960, trazia as normas para o funcionamento dos cursos técnicos industriais no país. Nesta portaria, o Desenho foi indicado como disciplina da primeira série, no currículo do curso de aprendizagem industrial e como disciplina prevista para os dois primeiros anos, nos cursos industriais básicos, sendo o número de horas indicadas para cada série determinada do órgão de direção pedagógico-didática. Nos cursos técnicos industriais, o Desenho fazia parte dos seguintes cursos industriais técnicos: Agrimensor (1ª e 2ª séries), Artes aplicadas (todas as quatro séries do curso), Decoração de interiores (1ª e 2ª séries), Desenho técnico, que foi dividido em duas especializações, o de Indústria de natureza mecânica (todas as quatro séries do curso) e de Arquitetura e móveis (nas duas

primeiras séries e com desenho de arquitetura nas demais), Edificações (na 1ª, 2ª e 3ª séries), Eletrônica (1ª e 2ª séries), Eletrotécnica (1ª e 2ª séries), Estradas (1ª e 2ª séries), Têxtil (1ª e 2ª séries), Máquinas e motores (1ª e 2ª séries), Metalurgia (1ª e 2ª séries), Meteorologia (1ª e 2ª séries) e Química (1ª e 2ª séries).

A Portaria sem número, de 20 de outubro de 1961, regulamenta os ginásios industriais. Os artigos iniciais referem-se à missão do curso, à forma de trabalho e estudo dos alunos, à orientação que seria dada a estes alunos. A divisão deste curso se dava em duas fases: a primeira, referente aos dois primeiros anos e a segunda, com os dois últimos anos. No que se refere às disciplinas da primeira fase, o Desenho aparecia como uma das disciplinas eletivas, que poderiam ser escolhidas pelos alunos, caso oferecida na instituição. Em relação às disciplinas da segunda fase, novamente o Desenho fazia parte das disciplinas eletivas, novamente se ofertada na instituição.

Ainda em 1961, do dia 20 de dezembro, foi publicada a Lei 4024, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que não tratava da disciplina Desenho, bem como nenhuma outra disciplina, mas apenas foram dadas algumas indicações que nortearam a educação nos períodos vindouros. Essa lei reorganizava a educação em ensino de primeiro grau, composto por escolas pré-primárias, que compreendia maternais e jardins de infância para menores de sete anos, e escolas primárias, com duração mínima de quatro anos e máxima de seis anos e obrigatório a partir dos sete anos; ensino médio, que se seguia ao ensino primário, ofertado em dois ciclos, o ginásial e o colegial, com a matrícula condicionada à aprovação no concurso da admissão, sendo a formação dos cursos realizada pelos Conselhos Federal e Estaduais de Educação, com a indicação das disciplinas obrigatórias e as disciplinas eletivas.

Foram editadas normas para o ensino médio em 24 de abril de 1962 pelo Conselho Federal de Educação (CFE) e homologada em Diário Oficial na mesma data. Nesta indicação, o CFE determinava que as disciplinas obrigatórias do ensino médio fossem Matemática, Português, História, Geografia (nas sete séries) e Ciências (introdução à ciência nas duas primeiras séries e ciências físicas e biológicas nas quatro séries seguintes). O Desenho aparecia em duas das combinações de disciplinas complementares do primeiro ciclo (ou junto com Organização Social e Política Brasileira – OSPB – ou com uma Língua Estrangeira Moderna, sempre na terceira e quarta séries). Desta forma a composição do primeiro ciclo teria sete disciplinas, mais uma disciplina optativa.

Já o segundo ciclo teria como disciplinas obrigatórias as mesmas do primeiro ciclo e o Desenho aparecia em uma das quatro hipóteses (junto com Língua Estrangeira Moderna na primeira e segunda série) de disciplinas complementares.

Não encontramos nenhum plano de curso referente ao ensino de Desenho para o período, o que nos impossibilitou comparar o que se fazia antes da LDB de 1961 com o que se propôs posteriormente nos estabelecimentos de ensino.

4. BREVE ESTUDO DOS LIVROS DO ACERVO DA BN

4.1. LISTA DOS AUTORES DO ACERVO DA BN.

Para esta parte da pesquisa foram selecionadas obras de vinte autores que possuíam livros publicados no período em estudo. Em ordem cronológica, serão feitas breves análises dos livros dos seguintes autores: Ribeiro Filho (1898), Mello e Cunha (1907, 1942 e 1951), Freire (1907, 1937, 1946, 1954, 1956, 1959, 1961 e 1963), Dumont (1913a, 1913b, 1913c), Braga (1930 e 1958), Freitas (1931, 1932, 1935 e 1945), Silveira (1932), FTD (1936), Mendonça (1941), Castro Neves (1945, 1947 e 1957), Borges (1946, 1950, 1959 e 1960), Gomes (1948), Cunha (1949, 1956 e 1958), Bandeira (1950, 1953, 1957a, 1957b e 1961), Oberg (1952, 1953a e 1953b), Zanello (1954), Lacourt (1955), Lima (1956), Carvalho (1959) e Mendes (1959 e 1960).

Estes livros, em sua grande maioria, foram publicados em papel jornal e possuíam dimensões variadas que iam de 10x15cm a 21x30cm. Em algumas obras, temos a utilização de um papel de melhor qualidade para a impressão de algumas páginas feitas em cores.

A grande maioria das obras pesquisadas traziam as ilustrações junto ao texto com impressões iguais aos dos livros atuais. Alguns deles traziam outras formas de mostrar as construções, tais como pranchas ao final do livro, destacáveis ou não, desenhos feitos em fundo negro, como se fossem realizados nas lousas e quadros negros ou ainda livros separados com as construções descritas no livro texto.

4.2. BREVE COMENTÁRIO SOBRE AUTORES E OBRAS DO ACERVO DA BN

4.2.1. Faustino José de Oliveira Ribeiro Filho.

Ribeiro Filho foi diplomado pela Escola Normal de São Paulo e a obra analisada era um curso elementar compilado para o ensino primário publicada em três estados (RJ, SP e PE). Começava com uma carta aos leitores justificando a necessidade da obra e o índice encontra-se no final do livro. A primeira parte do material diferenciava o Desenho da Pintura: “[...] o desenho tem origem na geometria e a pintura vem do desenho” e define este último a partir de linhas, luzes e sombras e desenho linear a partir das linhas, bem como define os tipos de desenho em geométrico e à vista. Os capítulos seguintes foram dedicados ao Desenho Linear e aos problemas geométricos. As figuras que apareceram no capítulo foram traçadas em fundo branco com linhas negras, como nos livros atuais. Ao final dos capítulos, o livro apresentava um questionário para a recapitulação dos conteúdos.

4.2.2. Gregório Nazianzeno de Mello e Cunha.

Mello e Cunha foi diretor do Lyceu de São Christovão para meninos¹⁹, engenheiro civil, professor da Escola Polytechnica e professor substituto da Escola Naval²⁰ e capitão de corveta²¹. Faleceu em 1926²².

Nesta primeira edição, segundo Mello e Cunha (1907), o conteúdo estava de acordo com os exames de admissão às Escolas Naval e Polytechnica e seu uso também foi proposto para as escolas primárias, secundárias, normais, superiores civil e militar. Na obra informava-se sobre sua adoção, publicação e premiação pelo Governo Federal. O livro iniciava-se com uma Carta ao leitor, que justificativa a criação da obra, seguida pelo parecer da Congregação da Escola Naval. O índice estava dividido em três partes: na primeira, abordava o Desenho a mão livre; a segunda referia-se ao Desenho linear com instrumentos e, por fim, a terceira parte voltava-se ao Desenho de ornamentos.



Figura 1 – Folha de rosto do livro “Curso de Desenho Geométrico e Elementar” de Mello e Cunha (1907)

Na primeira parte cujos conteúdos referiam-se às definições básicas, as combinações retilíneas e as combinações de reta e curva, os exercícios deveriam ser feitos a olho nu, sem uso de instrumentos. A recomendação do autor era que se repetisse incessantemente até que se se aproximasse do que se queria encontrar.

Na segunda parte foram apresentados os instrumentos de Desenho e os problemas de geometria que se referiam à linha reta, ângulos planos, retas proporcionais, circunferências, polígonos, curvas e concordância bem como problemas diversos sobre inscrição e circunscrição de polígonos e figuras equivalentes. Ainda foram apresentados problemas referentes a escalas. Em relação ao Desenho de Ornamentos foram mostradas as noções preliminares sobre o trabalho com ornatos, a aplicação e construção das redes, as disposições ornamentais (raizada, coroa e radiada), os ornatos correntes, a partição de plano e a aplicação do traçado geométrico para construção de ornatos.

¹⁹ BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL BRASIL. **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro**, 1881, edição 38, p. 643.

²⁰ BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL BRASIL. **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro**, 1901, edição 58, p. 1732.

²¹ BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL BRASIL. **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro**, 1907, edição 64, p. 1849.

²² BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL BRASIL. **Correio da Manhã**. Edição de 20 / 2 / 1927, p. 18.

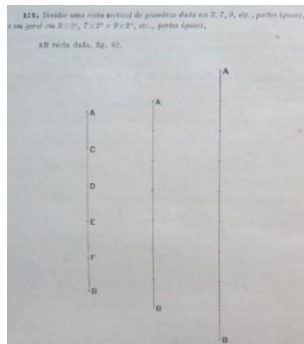


Figura 2 – Divisão em partes iguais a simples vista no livro de Mello e Cunha (1907)

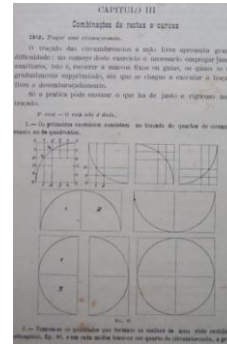


Figura 3 – Construção de circunferência a simples vista no livro de Mello e Cunha (1907)

A publicação seguinte deste livro foi realizada 16 anos após a morte do seu autor e possuía uma pequena diferença em relação ao título de 1907. Na folha de rosto existia a afirmação de que a obra fora adaptada aos novos programas pelo professor Olavo Freire. O prefácio da obra e o parecer emitido pela Congregação da Escola Naval eram os mesmos da primeira edição de 1907. O livro era composto por uma parte teórica e outra prática. A obra era dividida em Desenho linear a mão livre, com noções de geometria e as combinações retilíneas e curvilíneas, Desenho linear com auxílio de instrumentos, com apresentação dos instrumentos e problemas de escalas e de geometria, e Desenho de ornamentos, em destaque ao trabalho com redes e disposição ornamental. A obra não propunha exercícios e apresentava as figuras, que ilustravam as construções, numa sequência ao final do livro. Essas ilustrações, num total de 896, estavam em preto e branco, entretanto, a partir da figura 861, as imagens eram coloridas e impressas num papel de melhor qualidade. Também temos sete páginas, denominadas Fólio, numeradas de I a XIV, que possuem figuras que representam elementos de geometria, redes, combinações de linhas curvas e retas (incluindo a construção do alfabeto e dos algarismos).

Ao final apresenta uma tábua de cordas para retificação de arcos (de grau em grau e de 10' em 10').



Figura 4 – Aluno aferindo a régua em MELLO E CUNHA (1942, p. 43)

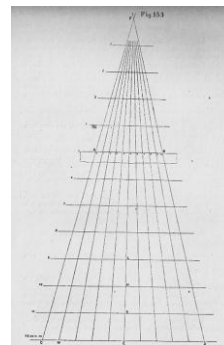


Figura 5 – Escala gráfica em MELLO E CUNHA (1942, p. 68)

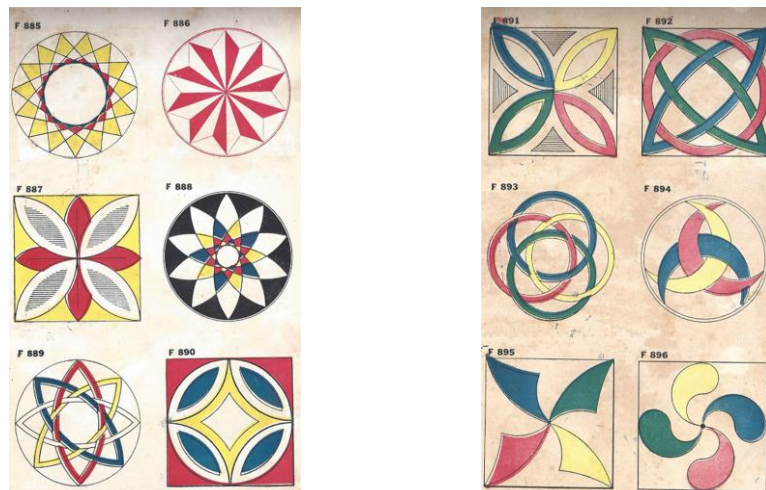


Figura 6 – Modelos coloridos de faixas entrelaçadas, polígonos estrelados, rosáceas, e ornamentos egípcios, chineses, japoneses, árabes, indianos e mourescos em MELLO E CUNHA (1942, fólio)

A edição de 1951, encontrada no acervo da BN, corresponde à quarta edição e tem a mesma estruturação e composição do livro de 1942.

4.2.3. Olavo Freire.

Olavo Freire (1869 – 1941) foi cartógrafo, professor de Geografia, Cosmologia e Desenho e autor de livros de Desenho para Instrução Primária e Mapas (mapa do Brasil, do Distrito Federal e planisférios). Publicou seus livros pela Editora Garnier e Editora Francisco Alves.

Encontra-se no acervo da BN a obra Freire (1907), que é uma reedição do livro de 1895. Na capa há a frase “Aprovada e premiada pelo Conselho de Instrução Pública Federal”. Na seção Algumas Opiniões, o autor reproduzia comentários sobre a sua obra publicada nas edições do “Jornal do Comércio” (1895), “O Paiz” (1895) e “O Democrata Federal” (1895).

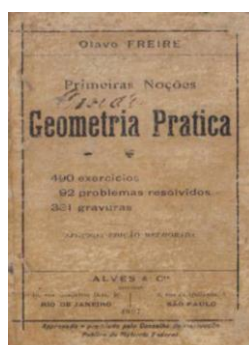


Figura 7 – Capa do livro de Olavo Freire “Primeiras Noções de Geometria Prática”

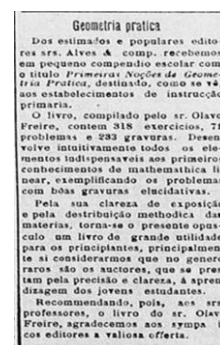


Figura 8 – Opinião do Jornal “O Democrata Federal” sobre a obra de Olavo Freire (1895)

O livro estava dividido em 21 capítulos, sendo a maioria deles sobre geometria plana. Mas a obra de Freire também tratava de geometria espacial e cálculo de áreas de figuras planas e espaciais. Apresentava muitas figuras dentro do texto e as construções encontravam-se ao longo do texto. Ao final dos capítulos eram propostos exercícios.

Seguindo a cronologia de Freire, encontramos uma edição de 1937. Esta possuía prefácio de Menezes Vieira, e observou-se que esta edição era equivalente, no que se refere aos conteúdos expostos, à obra de 1907, acima citada. Possuía dois detalhes que diferenciavam as duas obras: na edição de 1937, o número de exercícios propostos aos alunos era bem maior e, no título da obra, foi suprimido o termo ‘Primeiras’.

A obra de Freire (1946) apresentava algumas diferenças das edições anteriores. Com a alteração no título, o autor afirmava na sua folha de rosto, que a publicação fora refundida e adaptada às escolas profissionais e técnicas. Estava dividido em 22 capítulos e, ao final de cada um deles, tem-se um conjunto de perguntas sobre o que foi estudado. Estas perguntas poderiam ser sobre o texto ou sobre construções das figuras. A publicação era basicamente a mesma. A novidade era que continha mais exercícios.

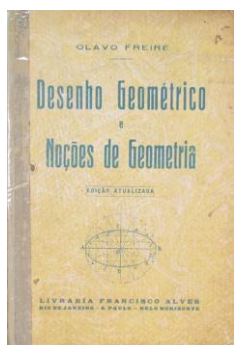


Figura 9 – Capa do livro de Olavo Freire (1946)

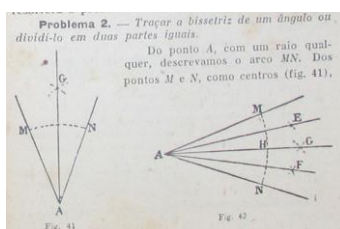


Figura 10 – Traçado de bissetriz na obra de Olavo Freire (1946, p. 27)

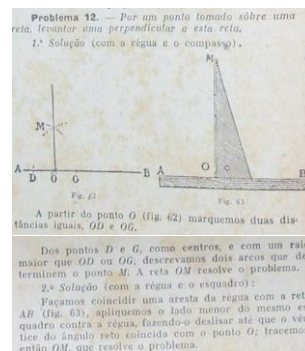


Figura 11 – Traçado de perpendicular na obra de Olavo Freire (1946, p. 36 e 37)

Tal como nas edições anteriores, as edições de 1954 (44ª), 1956 (45ª), 1959 (47ª), 1961 (48ª) e 1963 (49ª), os editores afirmam que a obra foi inteiramente refundida e adaptada ao uso das escolas profissionais e técnicas. O livro tem a mesma forma de apresentação, não traz nenhuma novidade em sua composição e recebeu a autorização do Ministério da Educação sob o registro 863.

4.2.4. Luiz Dumont.

Luiz Dumont, que foi professor de Artes aplicadas do Instituto Profissional Orsina da Fonseca²³, professor de Desenho da Escola Profissional Rivadavia Correa²⁴ e professor primário de Desenho do Asylo Gonçalves de Araújo²⁵, escreveu uma coleção completa utilizada em escolas profissionais femininas do Distrito Federal.

A obra de Dumont dividiu-se em três guias, onde cada um tratava de um assunto distinto, sendo a primeiro dedicado à morfologia geométrica e à inscrição de polígonos a

²³ BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL BRASIL. **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro**, 1916, edição 72, p. 960.

²⁴ BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL BRASIL. **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro**, 1918, edição 74, p. 972.

²⁵ BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL BRASIL. **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro**, 1918, edição 74, p. 980.

mão livre; o segundo guia, que trabalha com as meninas o desenho ambidestro, refere-se à morfologia alfabética, com o traçado de letras e algarismos e morfologia botânica, trabalhando com a representação de elementos vegetais. O terceiro guia é dedicado ao desenho de perspectiva de observação, partindo de desenhos e exercícios de memória e exercícios de perspectiva de observação e sombras.

Estes guias tinham por característica serem impressos (desenhos e escrita) em cores diferentes: o primeiro foi impresso na cor vermelha; o segundo, na cor marrom e o terceiro, na cor azul (figuras 12, 13 e 14).



Figura 12 – Exemplo de construção de circunferências de acordo com L. Dumont no 1º guia (1913, p.71)



Figura 13 – Exemplo do desenho ambidestro proposto na obra de L. Dumont no 2º guia (1913, p.7)



Figura 14 – Exemplo de desenho de perspectiva de observação proposto na obra de L. Dumont no 3º guia (1913, p.164)

4.2.5. Theodoro José da Silva Braga.

Nascido em Grão-Pará, Pará, em 1872, era bacharel em ciências jurídicas e sociais, formado em 1893 pela Faculdade de Direito em Recife (PE) e pela Escola Nacional de Belas Artes²⁶. Foi professor do Colégio Progresso Paranaense, professor e diretor interino do Instituto Profissional João Alfredo (RJ), Livre docente na Escola Nacional de Belas Artes (RJ), professor catedrático de Arte Decorativa no Instituto de Engenharia Mackenzie (SP), lecionava Arte Decorativa, Desenho e Composição na Escola de Belas Artes de São Paulo²⁷ e foi vice-presidente do sindicato dos professores de ensino livre de São Paulo²⁸. No livro analisado (BRAGA, 1930) existia um carimbo que indicava sua adoção pelo CP II. Dedicava esta obra aos estudantes do curso primário, secundário, técnico-profissional, normal e artístico. Antes do índice, o autor apresenta uma justificativa para a publicação do livro.

Nesta obra, o conteúdo era exposto na forma de problemas. As construções eram descritas e representadas com ilustrações junto ao texto e, ao final, apresentava um glossário com as definições básicas das figuras construídas e apresentadas no livro, bem como a bibliografia indicada para a construção da obra.

²⁶ BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL BRASIL. **O Imparcial**. Edição de 6 / 8 / 1923, p. 6.

²⁷ In Enciclopédia Itaú Cultural de Artes Visuais, disponível em http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_ic/index.cfm?fuseaction=artistas_biografia&cd_verbete=3405&cd_idioma=28555&cd_item=3

²⁸ BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL BRASIL. **Correio Paulistano**. Edição de 28 / 9 / 1934, p. 8.

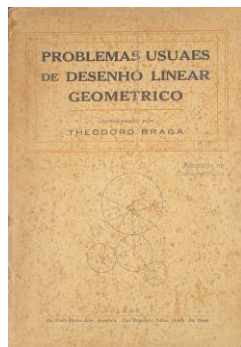


Figura 15 – Capa do livro de Theodoro Braga (1930)

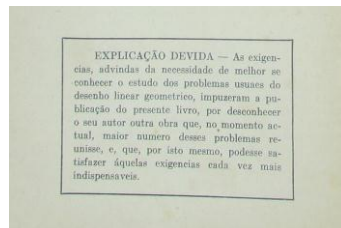


Figura 16 – Justificativa para a publicação da obra de Theodoro Braga (1930)

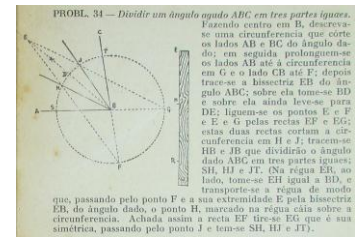


Figura 17 – Problema 34 na obra de Theodoro Braga (1930, p. 35)

Na edição de 1958, que era a 7ª edição deste manual didático, o livro trazia um prefácio dos editores onde, segundo eles, o livro teve boa aceitação no mercado e a revisão foi feita por eminentes conhecedores do assunto, que não são citados. Trazia um glossário (o capítulo sobre os termos usuais em Desenho geométrico) onde o autor definia os termos que são importantes para o Desenho geométrico. A obra não apresentava exercícios e as figuras referentes às construções foram impressas em preto sobre fundo branco. Em relação ao conteúdo que fora trabalhado, o livro tem a mesma estrutura da obra de 1930.

4.2.6. Gaspar de Freitas.

De Gaspar de Freitas analisou-se edições de “Lições Práticas de Arithmetica, Geometria e Desenho”: de 1931 (12ª edição), de 1932 (16ª edição) e de 1935 (44ª edição), que não se alteraram em nenhuma das características principais (conteúdo, ilustrações e exercícios), sendo que a única mudança se dava no texto de referência²⁹. Estes livros eram indicados para o uso de todas as classes primárias e, de acordo com o autor, estavam de acordo com os últimos programas de admissão para o secundário e comercial.

Os conteúdos que foram tratados por Freitas na parte de Geometria, em alguns poucos casos, propunham a construção dos entes geométricos, mas sem que fossem realizados exemplos, deixando a cargo do professor as respectivas demonstrações. No que se referia ao Desenho, o autor seguiu as instruções do Departamento Nacional de Ensino e de que a sua avaliação exploraria a simples representação a mão livre e a lápis das principais figuras geométricas. Assim, o conteúdo de Desenho ficava dividido em duas partes: a primeira trazia definições gerais de geometria plana e espacial e na segunda, os conhecimentos de morfologia geométrica e suas aplicações no traçado à mão livre das figuras planas. Até a edição de 1935, a editora responsável pela publicação das obras era a Editora Minerva, em que era um dos diretores³⁰.

²⁹ A 12ª edição, de 1931, refere-se ao termo Desenho, já as edições de 1932 e 1935 refere-se ao termo Desenho Geométrico.

³⁰ BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL BRASIL. **Correio da Manhã**. Edição de 10 / 4 / 1930, p. 10.

A partir de 1945, o livro de Freitas, passou a ser publicado pela Editora Francisco Alves e por isso recebeu uma nova contagem de edição. A edição de 1945 que encontramos na BN era a 15ª edição e, em função das mudanças provocadas pelo Decreto 4257, de 1939, que regulamentava o uso do sistema legal de medidas, a obra foi adaptada para atender à legislação. Continuava com a mesma estrutura das edições anteriores e, em relação à parte destinada ao Desenho, o texto não sofreu mudanças e continuava a não trazer as construções referentes ao assunto trabalhado. As edições seguintes de 1954, 1957, 1958 e 1962 não apresentavam nenhuma modificação nos conteúdos trabalhados e na forma de apresentação.

4.2.7. Eugênio Dilermando Silveira.

A obra de Silveira diferia das outras estudadas até então, em função do tamanho das suas folhas, que são do tamanho ofício. Os desenhos com as demonstrações das construções estavam juntas das explicações e o índice encontrava-se no final do livro.

A obra foi dividida em duas partes: execução das figuras geométricas à mão livre e execução rigorosa das figuras geométricas. A primeira parte foi dividida em cinco lições que tratavam dos elementos de geometria plana e a segunda parte estava dividida em vinte lições que iniciavam com a apresentação dos instrumentos e utensílios de desenho, seu uso e verificação e das tintas³¹. A seguir, são tratados assuntos relativos à geometria plana, cópia e redução de desenhos, curvas, figuras geométricas espaciais, geometria projetiva e modos de escrever os títulos nos desenhos.

4.2.8. FTD.

O livro “Perspectiva de observação: para uso dos professores e alunos das escolas primárias, secundárias, normais e profissionais”, da FTD, publicado em 1936³², referia-se ao estudo da perspectiva e era dividida em noções preliminares (onde diferenciava a perspectiva geométrica da perspectiva de observação), perspectiva linear (que trata de teoria da visão ponto de vista e observação) e a perspectiva aérea (aplicação de luz, sombra e cores).

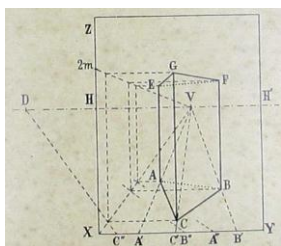


Figura 18 – Exemplo de perspectiva geométrica (FTD, 1936, p. 3)

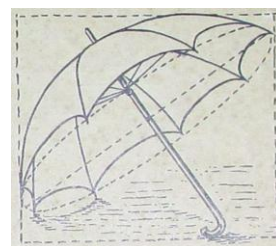


Figura 19 – Exemplo de perspectiva de observação (FTD, 1936, p. 3)

³¹ O livro apresenta uma folha, ao final, com combinação de cores, outra com contrastes das cores primárias, secundárias e terciárias.

³² As obras publicadas pela editora FTD (sigla em homenagem a Frère Théophile Durand), nesta época, não explicitavam os autores.



Figura 20 – Perspectiva humana utilizando a teoria de monocromia (FTD, 1936, p. 96)



Figura 21 – Perspectiva humana utilizando a teoria de policromia, a partir da técnica de aquarela (FTD, 1936, s/p)

4.2.9. Carlos Sússekind de Mendonça.

Mendonça (1899 – 1968) foi jornalista, advogado³³, promotor público³⁴ e membro da Academia Carioca de Letras³⁵. Ele publicou livros de vários gêneros literários e, dentro do escopo da pesquisa, o encontrado no acervo da BN foi o destinado ao ensino de Desenho com instrumentos.

Na introdução, Mendonça, falava do livro anterior (Desenho a mão livre) e do atual (Desenho a mão armada ou com auxílio de instrumentos). Após a introdução, apresentava gravuras com os instrumentos para construção de figuras de Desenho geométrico³⁶. As construções são exemplificadas no decorrer do texto, de início na mesma página e depois, quando se aproximavam as construções que necessitavam de mais espaço, em páginas diferentes. No traçado utilizou linhas fracas (para as chamadas linhas de base) e outras mais fortes (para as linhas de construção).

4.2.10. José Maria de Castro Neves.

José Maria de Castro Neves foi coronel do Exército, Professor Catedrático da Escola Preparatória de São Paulo e do Colégio Militar³⁷. Castro Neves (1945) pauta as razões de sua publicação em dois pontos: o fato de que o livro de Mello e Cunha estava esgotado à época e para cobrir as exigências do programa de Desenho Geométrico Plano das Escolas Militares Preparatórias. O livro, desenvolvido a partir das notas de aula do próprio autor, teve prefácio de Ari Quintela e foi dividido em introdução e mais nove capítulos.

Na parte introdutória, estavam presentes as definições básicas, as divisões do Desenho e seus objetos de trabalho bem como os elementos geométricos e as convenções gráficas. Nos primeiros capítulos estavam representadas as construções fundamentais e os elementos de estudo das retas. O livro prosseguia dedicado ao estudo de circunferências, tangentes e o trabalho de concordância. Os últimos capítulos eram dedicados às figuras

³³ BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL BRASIL. **Jornal A Esquerda**. Edição de 17 / 2 / 1928, p. 2.

³⁴ BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL BRASIL. **Jornal A Batalha**. Edição de 9 / 9 / 1937, p. 3.

³⁵ BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL BRASIL. **Revista Ilustração Brasileira**. Edição 244, 1956, p. 36.

³⁶ Entre estas figuras encontramos alguns instrumentos que não são usuais nos dias atuais, tais como o compasso de proporção e compasso de redução.

³⁷ BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL BRASIL. **Diário Carioca**. Edição de 5 / 2 / 1944, p. 6.

planas. Por fim, o livro apresentava um apêndice com o tema curvas de erros e ao final, exercícios para cada capítulo trabalhado. Todos os exemplos tinham figuras explicativas sobre suas construções.

Em outra edição deste mesmo livro, a de 1947, a única diferença entre elas encontrava-se na contra capa, onde se encontra o preço sugerido do livro (Cr\$ 28,00).

O livro “Desenho colegial para o primeiro, segundo e terceiro ano” de 1952, foi escrito na forma textual com figuras que auxiliavam a explicação do texto. Justificava a pouca representação artística, indicando que o livro visava os alunos que queriam a admissão ao curso de Matemática superior. Este livro estava dividido em conteúdos para as três séries do colegial. No primeiro ano, o conteúdo foi dividido em Desenho do Natural, Desenho geométrico e Desenho decorativo. Já o segundo ano estava dividido em Desenho do natural, Desenho geométrico plano e projetivo, Desenho decorativo e Desenho convencional. O do terceiro ano era dividido em Desenho do natural, Desenho projetivo e Desenho técnico.

Já o livro “Desenho geométrico plano. Lições contendo o programa das escolas militares preparatórias” de 1957, era a sexta edição do material. Trazia o mesmo conteúdo do livro “Desenho geométrico plano”, de 1945 e 1947, diferenciando-se esta edição pela inclusão de um apêndice relativo à curva de erro. Em relação à sua estruturação, o livro trazia exercícios em todos os capítulos, num total de 148 propostos em toda obra. Após estes, eram propostos exercícios que englobavam mais de uma informação, onde eram feitas as relações entre os capítulos estudados (esses exercícios são questões de concursos para a Escola Militar, propostas entre os anos de 1938 e 1941). Outro ponto importante era que neste livro, diferentemente dos anteriores, as medidas de comprimento estavam de acordo com o sistema métrico vigente, com os ângulos medidos em graus.

4.2.11. Abílio Cesar Borges.

Filho de Miguel Borges de Carvalho e Mafalda Maria da Paixão, nasceu na Bahia em 9 de setembro de 1824. Formou-se médico³⁸ e foi diretor geral da instrução pública por dois anos em Salvador³⁹. Saiu da função para dedicar-se ao magistério de jovens, estabelecendo o Gymnasio Bahiano⁴⁰ e posteriormente, o Collegio Abilio no Rio de Janeiro⁴¹.

O livro “Desenho linear ou Elementos de geometria prática popular, para uso das escolas primárias” de Abílio Cesar Borges foi publicado em 1946 sendo esta a 32ª edição. Na introdução falava sobre a necessidade do estudo de Desenho. O conteúdo da obra foi

³⁸ BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL BRASIL. **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro**. 1848, edição 5, p. 6.

³⁹ BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL BRASIL. **Correio Mercantil**. Edição de 10 / 4 / 1856, p. 2.

⁴⁰ BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL BRASIL. **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro**. 1859, edição 16, p. 180.

⁴¹ BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL BRASIL. **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro**. 1875, edição 32, p. 592.

dividido a partir de noções preliminares, onde foram apresentadas definições sobre Desenho linear e a apresentação dos instrumentos e mais 11 capítulos em que foram tratados os assuntos relativos à Geometria plana, Geometria espacial e Desenho de construção de ornatos. Os capítulos se encerravam com questionário e, em alguns deles, um quadro resumo. Todas as definições traziam desenhos que as ilustravam, embora não mostrasse o processo de construção de qualquer elemento geométrico. Talvez tenha sido utilizado por base para que as construções fossem trabalhadas em caderno a parte.

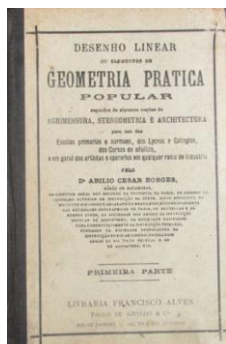


Figura 22 – Capa da obra de Borges (1946)

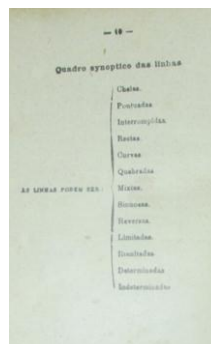


Figura 23 – Quadro sinopse sobre linhas na obra de Borges (1946, p. 10)

Com o mesmo nome, em 1950, foi publicada outra edição do livro, que na verdade é a mesma de 1946, apesar de ser dito tratar-se de uma edição revista. Já o livro de 1959, que correspondia à 41ª edição deste manual, sofreu algumas mudanças, inclusive no título: começava pelo prólogo da segunda edição e trazia cartas de aprovação e recomendação.

As edições de 1946 e de 1950 possuem a mesma estrutura. Já a de 1959 estava dividida em Introdução e quatro partes. A primeira parte era destinada aos dois primeiros anos do primário; a segunda e os dois primeiros capítulos da terceira parte, aos dois anos finais do primário e o restante das terceira e quarta partes estava dedicada às escolas normais, classes secundárias dos institutos de educação públicos e privados. O livro trazia as definições, mas não as construções. Apresentava, no final dos capítulos, um questionário e os exercícios gráficos estavam na parte final do livro.

4.2.12. Marcos Expedito Cândido Gomes.

O autor do próximo livro, o major⁴² do Exército Marcos Expedito Cândido Gomes, foi professor dos cursos Euclides da Cunha⁴³ e Magister, antigo ITEC⁴⁴. Esta obra de 1948 destinava-se aos alunos da Escola de Aeronáutica e aos candidatos as Escolas de Engenharia, Escola Militar de Resende, entre outras, segundo o autor.

Desenvolvido para ser um curso por correspondência, o material foi construído em uma série de dez volumes, sem teoria, somente com as construções, sendo assim, um material eminentemente prático.

⁴² BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL BRASIL. **Diário de Notícias**. Edição de 29 / 8 / 1954, p. 5.

⁴³ BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL BRASIL. **Diário de Notícias**. Edição 13 / 5 / 1956, p. 4.

⁴⁴ BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL BRASIL. **Diário de Notícias**. Edição de 11 / 3 / 1958, p. 5.

No acervo da BN, foram encontrados dois destes e destinavam-se à resolução gráfica de problemas envolvendo o estudo de retas e dos polígonos. Por ser um material desenvolvido para um curso por correspondência trazia no seu interior propagandas sobre outros materiais publicados pelo ITEC, além de materiais de desenho (inclusive uma propaganda da Casa Cruz sobre materiais de desenho). Outra característica interessante era que o livro foi impresso na cor verde e foi datilografado.

4.2.13. Domingos José da Silva Cunha.

A obra de Cunha (1949) foi a última analisada que pertencia a esse período. O engenheiro civil⁴⁵ Domingos José da Silva Cunha foi professor da Escola Polytechnica⁴⁶ e posteriormente da Escola Nacional de Engenharia⁴⁷ e do Curso Andrews⁴⁸. Foi também chefe da inspetoria de Engenharia Sanitária do Departamento Nacional de Saúde Pública⁴⁹.

O livro, dividido em quarenta capítulos, foi escrito na forma de texto corrido, sem ilustrações ou exemplos e trazia o índice ao final da obra. Uma característica interessante deste material era a apresentação de fichas destacáveis com as construções que haviam sido descritas durante o texto. Este tipo de material, com fichas e/ou pranchas é uma mudança em relação ao que era praticado. Nas demais edições encontradas (1956 e 1958) não havia grandes alterações.

O volume de 1956 era a 2ª edição com 158 páginas, que em relação à primeira, de 1949, não sofreu nenhuma mudança, nem acréscimo. Já a terceira edição de 1958, com 156 páginas, não sofreu mudanças no texto, apesar da diminuição no número de páginas, mais sim uma reimpressão. A mudança importante desta edição em relação às edições anteriores foi o fato de que as estampas agora não são mais destacáveis. A estruturação do livro era a mesma das edições anteriores, ou seja, mesma capitulação, mesma forma de escrita, mesma falta de exercícios propostos. As estampas traziam as linhas projetivas para as construções trabalhadas.

4.2.14. José Sennem Bandeira.

Segundo MACHADO e FLORES (2013), José Sennem Bandeira era formado em Mecânica, titulado em pintura e bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais. Licenciado em Desenho pela Faculdade Nacional de Filosofia, formou-se doutor em Perspectiva, Sombras e Estereotomia pela Escola Nacional de Belas Artes e doutor em Arquitetura pela Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil. Bandeira foi docente livre da Escola Nacional de Belas Artes e da Faculdade Nacional de Arquitetura, além de assistente de

⁴⁵ BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL BRASIL. **Relatório dos Presidentes dos Estados Brasileiros**, 1928, p. 159.

⁴⁶ BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL BRASIL. **Correio da Manhã**, Edição de 28 / 2 / 1920, p. 4.

⁴⁷ BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL BRASIL. **A Noite**. Edição de 20 / 5 / 1939, p. 4.

⁴⁸ BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL BRASIL. **Jornal do Brasil**. Edição de 22 / 6 / 1938, p. 18.

⁴⁹ BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL BRASIL. **A Noite**. Edição de 26 / 8 / 1933, p.3.

“Didática Geral e Especial de Desenho” da Faculdade Nacional de Filosofia. Próximo à sua morte foi nomeado professor de desenho do CP II⁵⁰.

No prólogo do livro de Bandeira (1951), o autor afirmava que haviam sido feitas alterações para adequar à Portaria 1045 de 1951. Antes de cada uma das três partes (Desenho Geométrico, Desenho decorativo e Desenho do natural) o autor colocava à disposição o programa que seria desenvolvido durante o curso. Ao término de cada item, eram propostas questões práticas e teóricas sobre o que foi trabalhado, levando em consideração a relação com as estampas⁵¹.

“Desenho para o curso ginásial” foi publicado em 1953. No acervo da BN, estão encadernados juntos os volumes 2 e 3, referentes a 2ª e 3ª séries, dos livros de Bandeira (1953), faltando assim o volume 1. Os dois exemplares traziam as estampas ao final dos respectivos livros. O volume da segunda série estava dividido em Desenho geométrico, Desenho decorativo e Desenho do natural. Após cada um dos temas trabalhados eram propostas questões práticas e teóricas, sempre levando em consideração a relação com as estampas. O volume da terceira série estava dividido da mesma forma que o volume da segunda série. Outra edição, de 1961, referente à terceira série, foi encontrada e não vimos nenhuma mudança da obra de 1953.

“Desenho para o curso colegial” (1957a) dividia-se em quatro unidades: Desenho geométrico plano, Desenho projetivo, Desenho decorativo e Desenho do natural. A bibliografia da parte de Desenho Geométrico cita os livros “Curso de Desenho geométrico e elementar” de Mello e Cunha, “Desenho Geométrico plano” de Castro Neves e “Desenho Geométrico” de Cunha. Ao final dos capítulos, são propostas questões teóricas e práticas.

“Desenho para o curso comercial” (1957b) estava de acordo com o programa e as respectivas instruções metodológicas da Portaria 57 (29/01/1946) e é a quarta edição do primeiro volume desta obra. Iniciava-se pelos programas e instruções metodológicas de Desenho para o curso comercial e após este início, o livro trazia uma carta de Zulmira dos Santos Sennem Bandeira (esposa do autor⁵²) na qual pedia aos professores e às professoras que fossem feitas apreciações, críticas e sugestões para a melhoria da obra. O livro estava dividido em três partes: Desenho linear geométrico, Desenho convencional e Gramática da cor. Há dois índices nesta obra: um é analítico e alfabético e traz o número do parágrafo que contém o assunto, e o outro, se refere às estampas, mostrando em que página aquele bloco se encontra. As figuras, desta vez, encontravam-se junto ao texto e repetiam estampas publicadas em suas obras anteriores. Ao final de cada capítulo existem questões teóricas e práticas, incluindo o manejo de instrumentos e leitura das formas.

⁵⁰ BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL BRASIL. **Correio da Manhã**. Edição de 07/09/1963, p. 9.

⁵¹ No acervo da BN, o exemplar se encontra sem as estampas.

⁵² BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL BRASIL. **Correio da Manhã**. Edição de 19/12/1963, p. 7.

4.2.15. Lamartine Oberg.

Nascido em 1º de fevereiro de 1918, na cidade do Rio de Janeiro, foi fundador do Oberg Cursos de Desenho (1944), lecionou pela Rádio Globo entre 1945 e 1948 os cursos de Desenho publicitário e Desenho de Arquitetura e de Máquinas. Foi professor da Escola Superior de Desenho Industrial (de 1963 a 1976) e professor visitante da Royal College of Arts, de Londres (1970, 1972 e 1974), da School of Arts and Crafts, de Londres (1970), e da Kuntsgewerbschule, de Zurique (1961)⁵³. Morreu em 2003.

O livro de Oberg (1952), destinado às 1ª e 2ª séries do então curso ginásial, começava citando as Portarias 966 de 2/10/1951 e 1045 de 14/12/1951. Quando se referiu ao material de desenho, o autor mencionou as funções de uso dos lápis HB e 2B⁵⁴. Outra característica desse livro refere-se às ilustrações: apresenta desenhos que não têm ligação com o conteúdo que se estava abordando naquele momento (ilustrações infantis ou de lembretes de uso de material). Os traçados de linhas horizontais e verticais encaminhavam para o traçado das letras tipo bastão. Mesmo sendo um volume para duas séries, o autor apresentava os mesmos exemplos, variando apenas o nível de dificuldade do exercício a ser comentado em cada série.

Em 1953, Oberg publicou um livro para o curso comercial básico. Após o índice, apresentou a Portaria 57 de 29/01/1946, que regulava tal modalidade de ensino. Dividia-se em três partes e no que se referia ao Desenho linear geométrico, foi escrito na forma de texto teórico (corrido), ao que se seguiam problemas e suas respectivas construções (com figuras explicativas). No que tange ao ensino de Desenho convencional, observam-se exercícios (ao final das unidades 1, 3 e 4). A terceira parte, dedicada à Noção de cores, constituía-se de algumas páginas voltadas à técnica do colorido, embora sem que usasse cor ou desenho colorido. Todas as ilustrações foram traçadas em fundo branco e são as mesmas que encontramos no livro de 1952.

4.2.16. Hypérides Zanello.

O professor Hypérides Zanello atuou no Paraná, no Collégio Iguassu⁵⁵, e no Gymnásio Paranaense⁵⁶. Analisou-se a 10ª edição da obra (ZANELLO, 1954), que mais se assemelha a um compêndio de geometria. No que se refere ao Desenho, o conteúdo que abordado neste livro começava pelo estudo das linhas (horizontais, verticais e oblíquas), ao que se seguia a construção de malhas e ornatos. Na sequência, estudava círculos, circunferências e malhas circulares e finalizava o livro com o trabalho com hachuras. As

⁵³ In Oberg Cursos de Desenho, disponível em www.oberg.com.br/fundador.html. Acesso em 15/12/2013.

⁵⁴ Outros autores já haviam apresentado a escala de dureza dos grafites, sem que especificassem as funções de cada tipo de grafite.

⁵⁵ BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL BRASIL. **A República**. Edição de 11/ 4/ 1929, p. 3.

⁵⁶ BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL BRASIL. **Correio do Paraná**. Edição de 13/ 9/ 1935, p. 4.

figuras foram impressas em fundo branco e não traziam as explicações de suas construções (supõe-se que fossem trabalhadas pelo professor em sala de aula).

4.2.17. Helena Lacourt.

Passemos à obra de Lacourt (1955), a única elaborada por uma mulher dentre as analisadas. A autora formou-se pela Escola de Belas Artes⁵⁷, trabalhou como professora na Escola Nacional de Ciências Estatísticas, no Ginásio Estadual Pedro Álvares Cabral, no CP II⁵⁸ e no Curso Lacourt⁵⁹. Também foi Diretora do Departamento de Seleção da Escola de Serviço Público do Estado da Guanabara⁶⁰.

O livro possuiu coautoria (E. Benemond) e referia-se à 3ª série do ensino ginasial, constando tratar-se uma 2ª edição atualizada. Iniciou com o extrato das Portarias 966, de 2/10/1951, e 1045, de 14/12/1951, e tinha uma folha rosa, em anexo, que traz as erratas. Dedicou duas páginas ao estudo das cores, quatro páginas para o traçado das letras, quatro páginas para o estudo de perspectiva e o restante da obra destinou-se ao Desenho geométrico. Como curiosidade, havia na contracapa o lembrete de que os pedidos dos exemplares deveriam ser feitos diretamente às autoras e estes deveriam ser numerados e rubricados por H. Lacourt.

A obra foi desenvolvida por meio de pequenas definições e instruções básicas, apresentando problemas que foram resolvidos como exemplos e representados pelas figuras que estavam juntas. Ao final dos tópicos, haviam exercícios para fixação dos alunos. O conteúdo do livro foi dividido em Desenho geométrico, Desenho decorativo e Desenho do natural.

4.2.18. Edison Rodrigues de Lima.

O arquiteto Edison Rodrigues de Lima formou-se pela Universidade de Recife (atual Universidade Federal de Pernambuco) e foi presidente por muitos anos do Instituto dos Arquitetos do Brasil. Na área da educação, foi professor de Edificações e Desenho geométrico e posteriormente diretor da Escola Técnica Federal de Pernambuco, secretário de Educação de Pernambuco e o primeiro diretor da Associação Brasileira de Editoras Universitárias. Também foi membro do Rotary Club do Brasil⁶¹.

O livro analisado teve prefácio de João Alfredo Gonçalves da Costa Lima, então diretor da Escola de Bellas Artes e vice-reitor da Universidade de Recife e apreciação do professor Aristides Brasil Travassos Alves e Doutor Manoel Vianna de Vasconcelos, ambos

⁵⁷ BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL BRASIL. **Correio da Manhã**. Edição de 16/ 9/ 1954, p. 3.

⁵⁸ BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL BRASIL. **Diário de Notícias**. Edição de 16 / 10/ 1964, p. 5.

⁵⁹ BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL BRASIL. **Diário de Notícias**. Edição de 5 / 1/ 1969, p. 6.

⁶⁰ BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL BRASIL. **Diário de Notícias**. Edição de 12 / 6/ 1971, p. 9.

⁶¹ Informações retiradas do vídeo produzido por Edison Rodrigues de Lima Neto em ocasião a comemoração dos 90 anos de Edison Rodrigues de Lima. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=XQLCJrV3RH4>. Acesso em 16 / 11 / 2013.

de Recife, e visava atender ao concurso de habilitação da Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil (uma observação ao final do programa de Desenho geométrico falava sobre outros programas de Escolas de Engenharia, Politécnicas, Arquitetura e Belas Artes que são semelhantes a este). A obra foi dividida em duas partes: Desenho Geométrico e Desenho projetivo, trazendo o passo-a-passo das construções. No início de cada parte, foi descrito o respectivo programa e, ao final de cada tópico estudado, eram propostos exercícios.

4.2.19. Benjamin de Araújo Carvalho.

Benjamin de Araújo Carvalho foi arquiteto⁶² e livre docente da Faculdade Nacional de Arquitetura⁶³. “Desenho geométrico”, publicado em 1959, começava com uma introdução, onde o autor fazia críticas a como o Desenho Geométrico era lecionado nas escolas à época. Definia o Desenho geométrico como a própria Geometria aplicada à resolução de problemas matemáticos. Utilizava como bibliografia os livros de Mello e Cunha (1951) e de Cunha (1949), além de outro livro de sua autoria. A obra foi escrita na forma de pontos, com figuras explicativas, sendo dividido em três partes: morfologia geral, construções geométricas e morfologia e desenho das curvas. No que se refere às Construções geométricas, estas eram descritivas, mas nem todas as descrições traziam figuras como exemplo e não existiam exercícios. Quando a obra tratava da morfologia e desenho das curvas, a maioria das descrições trazia figuras com as construções gráficas para completar a explicação. Há um índice alfabético da teoria e um índice alfabético das construções geométricas.

4.2.20. Franklin Mendes.

Sobre Franklin Mendes nada foi encontrado que pudesse esclarecer o seu interesse pelo Desenho. Trata-se de um compêndio de geometria publicado em 1959, sendo a 8ª edição deste material. Trazia as principais construções geométricas em 10 páginas. As ilustrações em muito se pareciam com as do livro de Borges (1950). O conteúdo do livro tratava das construções elementares de Desenho geométrico envolvendo linhas, ângulos, circunferências e polígonos. A edição de 1960 não sofreu nenhuma alteração em relação à publicação de 1959.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os dados levantados, no que concerne ao que hoje corresponde à Educação Básica, podemos observar alguns fatos em relação ao ensino de Desenho na cidade do Rio de Janeiro. O primeiro deles que destacamos é a sazonalidade da relevância

⁶² BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL BRASIL. **Correio da Manhã**. Edição de 30 / 10 / 1949, p. 19.

⁶³ BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL BRASIL. **Correio da Manhã**. Edição de 1 / 6 / 1952, p. 4.

desta disciplina escolar. Houve um resgate de valores da disciplina Desenho no início da República, uma queda em meados da década de 10, nova ascensão no meio da década de 20, um surto de valorização entre os anos 40 e 50, e por fim, o início de sua derrocada com a LDB de 1961. Vê-se que estas alterações surgiram em decorrência de movimentos próprios das culturas escolares, que variam nos espaços temporais, geográficos e socioculturais.

Estas alterações naturalmente, à longo prazo, também foram observadas nos livros. Com relação à materialidade, observaram-se poucas mudanças nas suas apresentações. As obras, em sua maioria, foram impressas em papel jornal, na cor preta (excetuando-se os livros de Dumont, em 1913, e o de Gomes, de 1948) e alguns, a partir da metade do período estudado (FTD, 1936), já traziam folhas com ilustrações impressas em cores, em papel de melhor qualidade.

Os livros estudados, em sua grande maioria, traziam as figuras junto ao texto com impressão tal como as dos livros atuais. Alguns livros traziam formas alternativas de mostrar as construções, tais como pranchas ao final do livro, destacáveis ou não, desenhos feitos em fundo negro, como se fossem realizados nas lousas e quadros negros ou ainda livros separados com as construções descritas no livro texto.

Viu-se que muitos dos exemplares traziam indicação de que a obra estava de acordo com as leis vigentes, mas, ao se analisar as obras, chega-se à conclusão de que, independente da época, as legislações não alteravam os livros. Um claro exemplo são as publicações de Freire e de Mello e Cunha, que foram utilizadas ao longo de várias décadas e por legislações diferentes, sem que fossem feitas alterações no conteúdo da obra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BANDEIRA, J. S. **Desenho para o curso comercial**. Rio de Janeiro: Editora Aurora, 1957.
- BANDEIRA, J. S. **Desenho para o curso ginásial (colegial - 1ª série e 3ª série)**. Rio de Janeiro: Editora Aurora, 1957.
- BANDEIRA, J. S. **Desenho para o curso ginásial**. Rio de Janeiro: Editora Aurora, 1953.
- BANDEIRA, J. S. **Desenho para o curso ginásial**. Rio de Janeiro: Editora Aurora, 1961.
- BANDEIRA, J. S. **Desenho para os cursos ginásial, básico de comércio, industriais e escolas de aprendizagem industriais**. Rio de Janeiro: Editora Aurora, 1951.
- BORGES, A. C. **Desenho linear ou Elementos de geometria prática popular, seguidos de algumas noções de agrimensura, estereometria e arquitetura**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1946.
- BORGES, A. C. **Desenho linear ou Elementos de geometria prática popular, seguidos de algumas noções de agrimensura, estereometria e arquitetura**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1950.
- BORGES, A. C. **Desenho linear ou Elementos de geometria prática popular para uso das escolas primárias**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1959.

BORGES, A. C. **Desenho linear ou Elementos de geometria prática popular para uso das escolas primárias**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1960.

BRAGA, T. J. S. **Problemas de Desenho geométrico linear**. São Paulo: Editora LEP, 1958.

BRAGA, T. J. S. **Problemas usuas de Desenho linear**. São Paulo: São Paulo Editora, 1930.

BRASIL. **Coleção de Leis do Império do Brasil – 1837**. Volume 1, parte II, p. 59. Decreto de 2/12/1837. Disponível em http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/1824-1899/decreto-36979-2-dezembro-1837-562344-publicacaooriginal-86295-pe.html. Acesso em 20/6/2013.

BRASIL. **Coleção de Leis do Império do Brasil – 1838**. Volume 1, parte II, p. 61. Regulamento 8 de 31/1/1838. Disponível em http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/3_Imperio/regulamento%20n.%208%20-1838%20%20estatutos%20para%20o%20col%20pedro%20ii.pdf. Acesso em 20/6/2013.

BRASIL. **Coleção de Leis do Império do Brasil – 1841**. Volume 1, parte II, p. 13. Decreto nº 62 de 1/2/1841. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-62-1-fevereiro-1841-561120-publicacaooriginal-84519-pe.html>. Acesso em 20/6/2013.

BRASIL. **Coleção de Leis do Império do Brasil – 1855**. Volume 1, parte II, p. 80. Decreto nº 1556 de 17/2/1855. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1556-17-fevereiro-1855-558426-publicacaooriginal-79672-pe.html>. Acesso em 20/6/2013.

BRASIL. **Coleção de Leis do Império do Brasil – 1878**. Volume 1, p. 207. Decreto 6884 de 20/4/1878. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-6884-20-abril-1878-547470-publicacaooriginal-62227-pe.html>. Acesso em 20/6/2013.

BRASIL. **Coleção de Leis do Império do Brasil – 1879**. Volume 1, parte II, p. 196. Decreto 7247 de 19/4/1879. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>. Acesso em 20/6/2013.

BRASIL. **Coleção de Leis do Império do Brasil – 1888**. Volume 2, parte II, p. 343. Decreto 10060 de 13/10/1888. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-10060-13-outubro-1888-542876-publicacaooriginal-52485-pe.html>. Acesso em 20/6/2013.

BRASIL. **Coleção de Leis do Brasil – 1890**. Volume 6, p. 1365. Decreto 510 de 22/6/1890. Disponível em <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=91702&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>. Acesso em 20/6/2013.

BRASIL. **Coleção de Leis do Brasil – 1890**. Fascículo XI, p. 3474. Decreto 981 de 8/11/1890. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-981-8-novembro-1890-515376-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 20/6/2013.

BRASIL. **Coleção de Leis do Brasil – 1898**. Volume 1, parte II, p. 348. Decreto 2857 de 30/3/1898. Disponível em <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2857-30-marco-1898-506934-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 20/6/2013.

BRASIL. **Diário Oficial da União**. Decreto 3890 de 1/1/1901 publicado em 25/1/1901, seção 1, p. 447. Disponível em <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-3890-1-janeiro-1901-521287-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 20/6/2013.

BRASIL. **Diário Oficial da União**. Decreto 3914 de 23/1/1901 publicado em 6/2/1901, seção 1, p. 687. Disponível em <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-3914-23-janeiro-1901-503356-norma-pe.html>. Acesso em 20/6/2013.

BRASIL. **Diário Oficial da União**. Decreto 6465 de 29/4/1907 publicado em 1/5/1907, seção 1, p. 2979. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-6465-29-abril-1907-506852-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 20/6/2013.

BRASIL. **Diário Oficial da União**. Decreto 11530 de 18/3/1915 publicado em 19/3/1915, seção 1, p. 2977. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11530-18-marco-1915-522019-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 20/6/2013.

BRASIL. **Diário Oficial da União**. Decreto 16782A de 13/1/1925 publicado em 6/2/1925, seção 1, p. 8541. Disponível em <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-16782-a-13-janeiro-1925-517461-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 20/6/2013.

BRASIL. **Diário Oficial da União**. Decreto 19852 de 11/4/1931 publicado em 15/4/1931, p. 5808. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19850-11-abril-1931-515692-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 20/6/2013.

BRASIL. **Diário Oficial da União**. Decreto 19890 de 18/4/1931 publicado em 1/5/1931, p. 6945. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19890-18-abril-1931-504631-publicacaooriginal-141245-pe.html>. Acesso em 20/6/2013.

BRASIL. **Diário Oficial da União**. Decreto 20158 de 30/6/1931 publicado em 9/7/1931, p. 11120. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20158-30-junho-1931-536778-publicacaooriginal-34450-pe.html>. Acesso em 20/6/2013.

BRASIL. **Diário Oficial da União**. Portaria Ministerial de 30/6/1931 publicada em 31/7/1931, p. 12405. Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2029946/pg-5-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-31-07-1931/pdfView>. Acesso em 20/6/2013.

BRASIL. **Diário Oficial da União**. Portaria Ministerial de 17/3/1936 publicada em 19/3/1936, p. 5791. Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2024916/pg-3-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-19-03-1936/pdfView>. Acesso em 20/6/2013.

BRASIL. **Diário Oficial da União**. Decreto-lei 4244 de 9/4/1942 publicado em 10/4/1942, p. 5798. Disponível em <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 20/6/2013.

BRASIL. **Diário Oficial da União**. Portaria 555 de 14/11/1945 publicada em 22/11/1945, seção 1, p. 17766. Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2569950/pg-18-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-22-11-1945/pdfView>. Acesso em 20/6/2013.

BRASIL. **Diário Oficial da União**. Decreto 8529 de 2/1/1946 publicado em 4/1/1946, seção 1, p. 113. Disponível em <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8529-2-janeiro-1946-458442-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 20/6/2013.

BRASIL. **Diário Oficial da União**. Portaria 10 de 4/1/1946 publicada em 14/1/1946, seção 1, p. 608. Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2172460/pg-24-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-14-01-1946/pdfView>. Acesso em 20/6/2013.

BRASIL. **Diário Oficial da União**. Portaria 57 de 29/1/1946 publicada em 12/2/1946, seção 1, p. 2187. Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2219141/pg-19-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-12-02-1946/pdfView>. Acesso em 20/6/2013.

BRASIL. **Diário Oficial da União**. Portaria 58 de 29/1/1946 publicada em 12/2/1946, seção 1, p. 2188. Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2219142/pg-20-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-12-02-1946/pdfView>. Acesso em 20/6/2013.

BRASIL. **Diário Oficial da União**. Portaria 1045 de 14/12/1951 publicada em 22/2/1952, seção 1 (suplemento), p. 1. Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2375333/pg-65-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-22-02-1952/pdfView>. Acesso em 20/6/2013.

BRASIL. **Diário Oficial da União**. Portaria 966 de 2/10/1951 publicada em 12/10/1951, seção 1, p. 15166. Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2752077/pg-22-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-12-10-1951/pdfView>. Acesso em 20/6/2013.

BRASIL. **Diário Oficial da União**. Portaria de 16/9/1960 publicada em 27/9/1960, seção 1, parte 1, p. 13029. Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2869901/pg-25-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-27-09-1960/pdfView>. Acesso em 20/6/2013.

BRASIL. **Diário Oficial da União**. Portaria de 20/10/1961 publicada em 22/11/1961, Seção 1, parte 1, p. 10320. Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2869037/pg-20-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-22-11-1961/pdfView>. Acesso em 20/6/2013.

BRASIL. **Diário Oficial da União**. Lei 4024 de 20/12/1961 publicada em 27/12/1961, seção 1, p. 11429. Disponível em <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 20/6/2013.

BRASIL. **Diário Oficial da União**. Indicação do Conselho Federal de Educação de 21/2/1962 publicado em 24/4/1962, seção 1, p. 4557. Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2773094/pg-41-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-24-04-1962/pdfView>. Acesso em 20/6/2013.

CARVALHO, B. A. **Desenho geométrico**. Rio de Janeiro: Editora Ao livro técnico, 1959.

CASTRO NEVES, J. M. **Desenho colegial para o primeiro, segundo e terceiro ano**. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1952.

CASTRO NEVES, J. M. **Desenho geométrico plano**. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1945.

CASTRO NEVES, J. M. **Desenho geométrico plano**. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1947.

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. In: **Teoria & Educação**. Porto Alegre: Pannonica, n 2, 1990, p.177 – 229.

CHOPPIN, A. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. Anais do XXII Congresso do ISHEE (200, Alcalá, Espanha). Publicado na Revista *Pedagogia Histórica*, v.38, n.1, 2002, p.21-49. Tradução de Maria Adriana C. Cappello. In: **Educação e pesquisa**. FEUSP, São Paulo, v.30, n.3, set/dez. 2004, p.549 – 566.

CUNHA, D. J. S. **Desenho geométrico**. Rio de Janeiro: Editora Rio de Janeiro, 1956.

CUNHA, D. J. S. **Desenho geométrico**. Rio de Janeiro: Editora Rio de Janeiro, 1958.

CUNHA, D. J. S. **Desenho geométrico**. Rio de Janeiro: Editora Sul Americana, 1949.

DUMONT, L. **Ensino do Desenho nas escolas profissionais femininas do Distrito Federal: primeiro guia**. Rio de Janeiro: Oficinas Graphics da Sociedade Anonyma Progresso, 1913.

DUMONT, L. **Ensino do Desenho nas escolas profissionais femininas do Distrito Federal: segundo guia**. Rio de Janeiro: Oficinas Graphics da Sociedade Anonyma Progresso, 1913.

DUMONT, L. **Ensino do Desenho nas escolas profissionais femininas do Distrito Federal: terceiro guia**. Rio de Janeiro: Oficinas Graphics da Sociedade Anonyma Progresso, 1913.

ESCOLA NACIONAL DE ENGENHARIA. Universidade do Brasil. **Desenho e geometria elementar necessário à matrícula ou exame do 1º ano do Curso geral**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892.

ESCOLA POLYTECHNICA. **Programma para o exame de desenho geometrico e elementar necessario a matricula ou exame**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

- FREIRE, O. **Desenho geométrico e Noções de Geometria**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1946.
- FREIRE, O. **Desenho geométrico e Noções de Geometria**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1954.
- FREIRE, O. **Desenho geométrico e Noções de Geometria**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1956.
- FREIRE, O. **Desenho geométrico e Noções de Geometria**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1959.
- FREIRE, O. **Desenho geométrico e Noções de Geometria**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1961.
- FREIRE, O. **Desenho geométrico e Noções de Geometria**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1963.
- FREIRE, O. **Noções de Geometria prática**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1937.
- FREIRE, O. **Primeiras noções de Geometria prática**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1907.
- FREITAS, G. **Lições práticas de Arithmetica, Geometria e Desenho**. Rio de Janeiro: Editora Minerva, 1931.
- FREITAS, G. **Lições práticas de Arithmetica, Geometria e Desenho**. Rio de Janeiro: Editora Minerva, 1932.
- FREITAS, G. **Lições práticas de Arithmetica, Geometria e Desenho**. Rio de Janeiro: Editora Minerva, 1935.
- FREITAS, G. **Lições práticas de Arithmetica, Geometria e Desenho**. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1945.
- FREITAS, G. **Lições práticas de Arithmetica, Geometria e Desenho**. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1954.
- FREITAS, G. **Lições práticas de Arithmetica, Geometria e Desenho**. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1957.
- FREITAS, G. **Lições práticas de Arithmetica, Geometria e Desenho**. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1958.
- FREITAS, G. **Lições práticas de Arithmetica, Geometria e Desenho**. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1962.
- FTD. **Perspectiva de observação: para uso dos professores e alunos das escolas primárias, secundárias, normais e profissionais**. Rio de Janeiro: Livraria Paulo de Azevedo & Cia, 1936.
- GOMES, M. E. C. **Desenho geométrico**. Rio de Janeiro: I.T.E.C. 1948.
- JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. Tradução: Gizele de Souza, IN **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 1. São Paulo, Campinas: Editora Autores Associados, 2001.
- LACOURT, H. **Desenho geométrico**. Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1955.
- LIMA, E. R. **Desenho para o concurso de habilitação, problemas de desenho geométrico e projetivo para o concurso de habilitação às escolas de engenharia, arquitetura, urbanismo, politécnica e belas artes**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1956.
- MACHADO, R. B. e FLORES, C. R. Quando fui professor de Desenho... Reflexões sobre uma formação. **Educação Matemática Pesquisa**. São Paulo, v.15, n.2, p. 431-446, 2013.

Disponível em <http://revistas.pucsp.br/index.php/emp/article/view/14529>. Acesso em 15/11/2013.

MELLO E CUNHA, G. N. **Curso de Desenho geométrico e elementar**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907.

MELO E CUNHA, G. N. **Curso de Desenho geométrico e elementar**. Rio de Janeiro: Livraria Educadora, 1942.

MELO E CUNHA, G. N. **Desenho geométrico e elementar**. Rio de Janeiro: Livraria Educadora, 1942.

MENDES, F. **Rudimentos de geometria e desenho geométrico**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1959.

MENDES, F. **Rudimentos de geometria e desenho geométrico**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1960.

MENDONÇA, C. S. **Desenho geométrico e instrumento**. Porto Alegre: Editora Livraria do Globo, 1941.

BERG, L. **Desenho no ginásio para a primeira e segunda série**. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1952.

BERG, L. **Desenho para o curso comercial básico [de acordo com o programa oficial, conforme portaria número 57, de 29 de janeiro de 1948]**. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1953.

RIBEIRO FILHO, F. J. O. **Desenho geral. Curso elementar compreendendo noções de Desenho Geometria perspectiva, noções de Architectura, Desenho de molduras, de figura e de paisagens methodicamente compilado para uso dos alunos de ensino primario**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1898.

SILVEIRA, E. D. **Lições de Desenho linear geométrico**. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia, 1932.

VECHIA, A. e LORENZ K. M. **Programa de ensino da escola brasileira 1850 – 1951**. Curitiba: Editora do Autor, 1998.

ZANELLO, H. **Elementos de Geometria e Desenho linear para o curso primário**. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1954.